

# Alexandre de Moraes suspendeu restrição

# Telegram obedece

# Justiça brasileira e

# STF revoga bloqueio

Reprodução Twitter Jornalistas Livres



**Civis perseguidos e atados a postes em Kiev por nazistas ucranianos Zelensky bane onze partidos da oposição e reforça nazis**

O “democrata” presidente ucraniano, Zelensky, iniciou na sexta-feira (20) uma nova onda de perseguição à oposição, com o banimento de 11 partidos que não o apoiam. A medida autoritária atinge inclusive o principal partido de oposição, o denominado Plataforma de Oposição Pela Vida, com uma bancada de 39 deputados dos 450 que compõem o parlamento. Para justificar a arbitrariedade, Zelensky disse que haveria “ligações de algumas estruturas políticas” com a Rússia e que qualquer atividade destes partidos está suspensa. Vale ressaltar que o Partido Comunista da Ucrânia já foi colocado antes na ilegalidade. A medida mantém intocáveis os partidos de orientação nazista, Svoboda e Setor Direita. **Pág. 7**

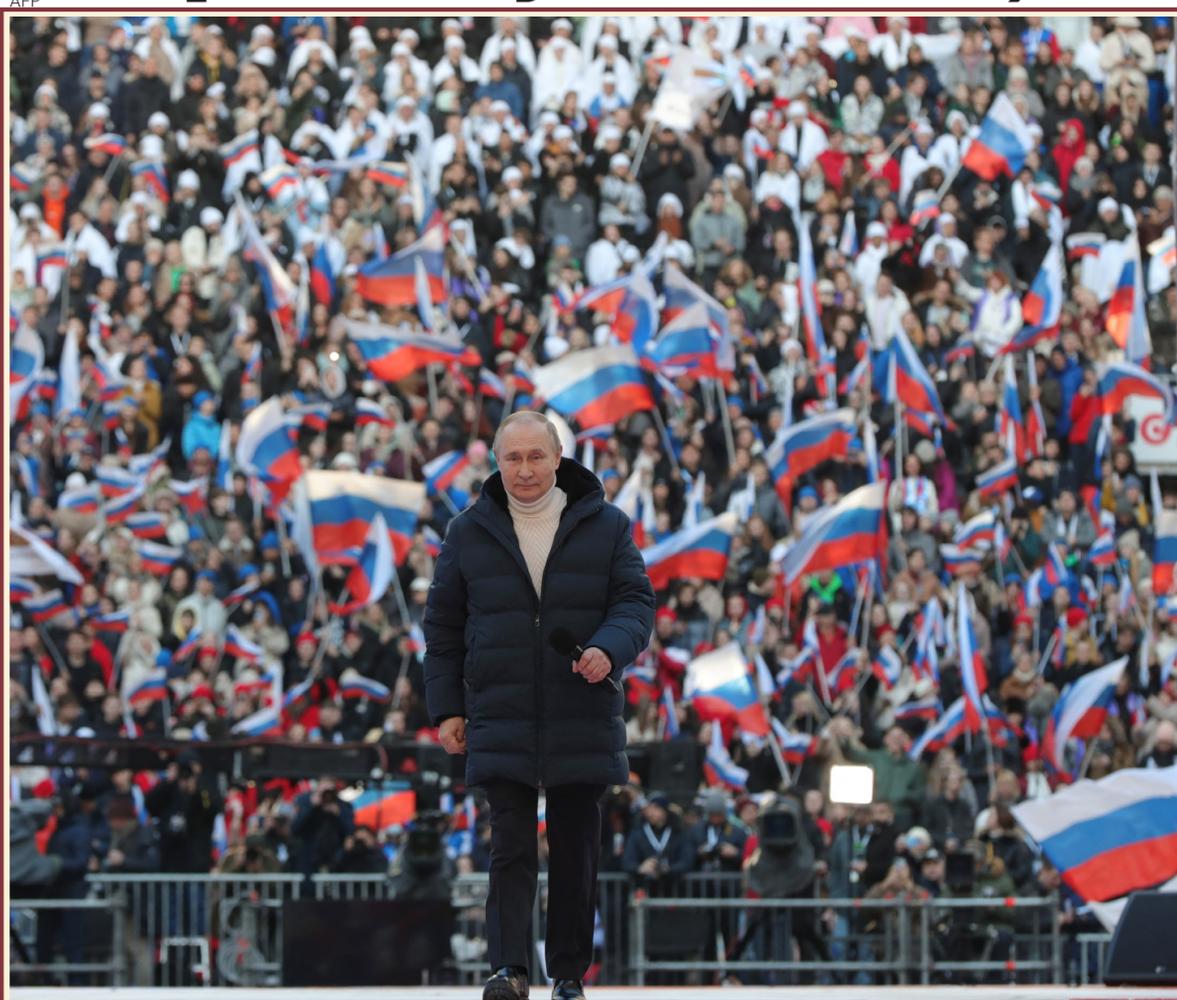
**HORA DO POVO**  
ANO XXXII - Nº 3.848 23 a 29 de Março de 2022

**1 REAL BRASIL**  
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

**Plataforma recua e tira do ar links que Bolsonaro usa para ilegalidades**

**A**pós o Telegram cumprir em 24 horas as determinações judiciais que estavam pendentes, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, revogou o bloqueio do aplicativo em todo o país. No sábado (19), a plataforma pediu desculpas ao STF e forneceu e-mail para notificações. Moraes então deu o prazo de 24 horas para o aplicativo cumprir as determinações judiciais pendentes, incluindo a exclusão imediata dos links no canal oficial de Bolsonaro, que permitem baixar ilegalmente documentos de inquérito sigiloso da PF. **P. 3**

# “Tem que abrir a caixa-preta do BC que faz juro subir”, diz Oreiro



O presidente da Rússia falou com uma multidão que lotou o estádio Luzhniki, saindo muito aplaudido

# Putin a 100 mil: “Há tempos não via a Rússia tão unida”

“Não via uma unidade como esta há anos”, disse o presidente Vladimir Putin, diante de 100 mil pessoas que lotaram o estádio Luzhniki na sexta-feira (18). O encontro celebrou os oito anos de reali-

zação do referendo na Crimeia que aprovou a reunificação com a Rússia e evitou que a lendária Sebastopol caísse em mãos de Otan e dos neonazistas. Como salientou o presidente da República da Crimeia, Sergei

Aksyonov, “estamos em casa, e todo o resto se seguirá”. “A Rússia nunca esteve tão forte como agora”, disse o presidente russo, muito aplaudido, em sua saudação de seis minutos na qual homenageou os soldados

que lutam nas terras vizinhas para dar fim à opressão do Dnab pelo regime de Kiev e para barrar, de uma vez por todas, a transformação da Ucrânia em trampolim da Otan contra a Rússia. **Pág. 6**

“O BC fez um contorcionismo para justificar uma decisão que eles já tinham em mente, que era aumentar os juros em um ponto percentual”, afirma o economista José Luis Oreiro sobre o aumento da Selic para 11,75% ao ano. “É inexplicável”, disse, em entrevista ao HP. “O Banco Central fez uma previsão com base no modelo que ele nunca divulgou, que a gente não sabe. É uma caixa-preta, porque a gente não consegue rodar o modelo e saber se as conclusões se deduzem das premissas, mas então o BC diz que é adequado aumentar a taxa de juros em mais um ponto percentual”, denunciou. **Página 2**

# “Mais preparado aqui no Paraná é Requião”, afirma Lula, em filiação

O ex-governador e ex-senador do Paraná, Roberto Requião, de 81 anos, se filiou ao PT na última sexta-feira (18), em Curitiba, com objetivo de disputar o governo do Estado. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) acompanhou o momento da filiação. Requião está procurando formar no Estado uma ampla frente, incluindo o PDT de Ciro Gomes. **Página 3**

# General Rêgo Barros repele o “mito”: “Neles não voto mais”

O general Otávio Rêgo Barros, porta-voz da Presidência da República no primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro (PL), disse que não votará nos mesmos candidatos da eleição de 2018. Ou seja, não repetirá o voto no antigo chefe. “Me lembro bem em quem votei nas últimas eleições. Neles, não voto mais”, afirmou. **P. 3**

# Conclat: Oswaldo lança pacto contra Bolsonaro e pelo desenvolvimento

Prof. Oswaldo Augusto de Barros, presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, considera que a Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), que se realizará em 7 de abril, “é uma oportunidade valiosa para unirmos os trabalhadores ali representados para derrotarmos esse governo nas eleições de 2022”. **Pág. 5**

# Petrobrás em risco: entreguistas querem ‘pulverizar’ estatal

## Renda encolhe 10% e trabalho precário atinge 38,5 milhões de pessoas, diz IBGE

12 milhões estão desempregados e 25,6 milhões de brasileiros vivendo de “bico”

A taxa de desemprego no Brasil ficou no 11,2% no trimestre encerrado em janeiro, com 12 milhões de brasileiros sem emprego, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada hoje (18) pelo IBGE.

Já o rendimento real habitual voltou a cair: menos 1,1% em relação ao último trimestre e uma queda ainda maior, de 9,7%, frente ao mesmo trimestre de 2021, ficando em R\$ 2.489 de média. Nenhuma categoria apresentou alta no rendimento. Na indústria, houve queda de 4,1% (ou menos R\$ 102).

“A retração dos rendimentos, que costuma ser associada ao trabalho informal, esteve disseminada por outras formas de inserção e não apenas às relacionadas à informalidade”, diz a coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy, “Embora haja expansão da ocupação e mais pessoas trabalhando, isso não está se revertendo em crescimento do rendimento dos trabalhadores em geral”.

Segundo o IBGE, também houve diminuição no setor de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais: queda de 2,1%, ou menos R\$ 76.

Em meio à queda do rendimento médio do trabalho, a massa de rendimento real habitual ficou em R\$ 232,6 bilhões, um recuo de 0,9% em 1 ano.

### SEM CARTEIRA E SEM DIREITOS

O trabalho informal se mantém em alta, com uma taxa de 40,7% da população ocupada, com 38,5 milhões de trabalhadores sem direitos trabalhistas ou vivendo de “bico”. Os trabalhadores por conta própria somam 25,6 milhões de pessoas, uma alta de 10,3% (mais 2,4 milhões de pessoas) no ano.

O número de trabalhadores domésticos (5,6 milhões de pessoas) subiu 19,9% (mais 931 mil pessoas) no ano.

Os resultados do trimestre novembro-dezembro-janeiro também mostram aumento no número de empregados sem carteira assinada no setor privado: são 12,4 milhões de pessoas, um alta de 3,6% ou 427 mil pessoas em relação ao trimestre anterior. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, a alta é de 19,8% ou mais 2 milhões de pessoas.

O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos) foi de 34,6 milhões de pessoas, subindo 2,0% (681 mil pessoas) frente ao trimestre anterior e 9,3% (acréscimo de 2,9 milhões de pessoas) na comparação anual.

São 6,9 milhões de brasileiros que trabalham menos do que gostariam, mais de 80% na informalidade e com salário menores, e outros 4,8 milhões de pessoas estão no desalento, desistiram de procurar emprego.

## Setor de serviços inicia o ano no vermelho afetado pelo desemprego elevado

O setor de serviços, o único que ainda apresentava indícios de recuperação, abriu o ano em queda. Em janeiro, na comparação com dezembro, o volume de serviços prestados recuou 0,1%, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na quarta-feira (16). O setor opera atualmente em níveis abaixo do registrado em agosto de 2015, compondo o caótico cenário econômico do Brasil sob Bolsonaro e Guedes.

A indústria e o comércio, por sua vez, vêm colecionando resultados negativos, conforme as pesquisas divulgadas recentemente pelo IBGE. A produção recuou nada menos do que 2,4% em janeiro, enquanto o comércio variou apenas 0,8%, com recuo de 1,9% nas vendas ante janeiro do ano passado.

No ramo dos serviços, são os incluídos no grupo de serviços prestados às famílias que vem apresen-

tando os piores desempenhos. Esse segmento está 13,2% abaixo dos níveis pré-pandemia e caiu 1,4% em janeiro ante dezembro, na série com ajuste sazonal.

“É possível que boa parte do impulso que a melhora da pandemia trouxe ao ramo de serviços prestados às famílias venha sendo anulada pela queda do poder de compra da população, afetado pelo desemprego e aceleração da inflação”, avalia o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), na análise dos dados divulgados hoje pelo IBGE.

Os serviços prestados às famílias estavam, em janeiro, 23,3% abaixo do pico de outubro de 2013.

No total, três das cinco atividades investigadas tiveram retração no mês de janeiro, com destaque também para serviços de informação e comunicação (-4,7%), que recuaram pelo segundo mês consecutivo; e outros serviços (-1,1%).

# Economista repele juro a 11,75%: tem que abrir a caixa-preta do BC

## Carestia: preço da cesta básica dispara na era Bolsonaro

A inflação dos alimentos que compõem a cesta básica chegou a 12,67% no acumulado de 12 meses até fevereiro, ultrapassando a inflação oficial – medida pelo IPCA do IBGE – que acumula alta de 10,54%, para o mesmo período analisado. É o que aponta um estudo produzido por professores do curso de economia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

A última vez que a inflação dos alimentos ficou acima da inflação geral foi em outubro do ano passado. “Toda a população é afetada pela alta dos alimentos que compõem a cesta básica. As pessoas querem comprar produtos como café, açúcar, pão e carne. Mas são as classes com renda mais baixa que sofrem mais com uma inflação tão alta”, declarou o coordenador do curso de economia da PUCPR Jackson Bittencourt à Folha.

O indicador é calculado com base nos 13 produtos de alimentação definidos pelo Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que regulamentou o salário mínimo no Brasil, e que continua em vigor. Os registros da série tiveram início em setembro. Naquele mês, a inflação da cesta básica era ainda maior, estimada em 15,96%. Enquanto isso, o IPCA estava em 10,25%.

Veja a variação dos 13 produtos da cesta básica, em 12 meses até fevereiro: Café em pó: +61,2%, Açúcar cristal: +36,3%, Tomate: +31,3%, Margarina: +20,6%, Banana prata: +18,6%, Carne (contrafilé): +14,2%, Farinha: +12,1%, Oleo de soja: +10,9%, Batata: +10,6%, Pão francês: +7,1%, Leite longa vida: +2,4%, Feijão: -3,2% e Arroz: -17,9%.

O estudo da PUCPR tem como base os dados de alimentos que integram a pesquisa do IPCA, calculado pelo IBGE, que ainda não consideram as sanções impostas à Rússia, em relação ao conflito com a Ucrânia, que elevou as cotações de commodities agrícolas, como trigo, milho, soja e petróleo. Também não contabilizam o mega aumento nos preços dos combustíveis anunciado na semana passada pelo governo Bolsonaro, de 18,8% no preço da gasolina, do diesel em 24,9% e o do gás de cozinha em 16,1%.

A carestia dos alimentos já aterrorizava o Brasil antes do conflito no Leste Europeu. Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, deram corda para a disparada dos preços dos alimentos quando eliminaram os estoques reguladores da Conab em 2019. Com o choque do preço dos alimentos provocados pela pandemia da Covid-19, o Brasil ficou sem estoques para fazer o abastecimento do mercado interno e viu o país aumentar a exportação de produtos básicos, como carnes e frangos, para países que estavam preocupados em garantir a segurança alimentar de seus cidadãos. No Brasil os preços, que já castigavam os brasileiros naquele período, que além disse viram suas rendas despencarem, desapareceram.

Alinha-se isso, a manutenção da desastrosa política de atrelar os preços da Petrobrás ao preço do barril de petróleo no mercado internacional e à cotação do dólar. Os preços dos combustíveis não param de subir, o que faz elevar ainda mais os custos da produção de alimentos e o transporte de mercadorias no Brasil.

## Brasil entrar na OCDE é aderir ao obsoleto Consenso de Washington, alertam economistas

“Nenhum dos demais países integrantes dos BRICS têm demonstrado interesse de ir além da parceria com o órgão. Preferem evitar a armadilha e manter sua autonomia”

O Conselho Federal de Economia divulgou no dia 12 de março a nota **As armadilhas do ingresso do Brasil na OCDE** sobre o convite feito ao Brasil pelo conselho da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que formaliza o início do processo de adesão do país ao grupo que reúne 37 países, entre Estados Unidos, Japão e países da União Europeia.

A adesão do Brasil ao grupo, que faz uma série de exigências supostamente para “melhoria do ambiente de negócios”, é uma das metas de Paulo Guedes, ministro de Economia de Bolsonaro, que em fim de governo, está acelerando a aprovação de medidas em benefício de interesses estrangeiros, como a recente isenção de cobrança de IOF em



“O Banco Central fez uma previsão com base no modelo que ele nunca divulgou, que a gente não sabe. É uma caixa-preta”, afirma Oreiro



## Paulo Guedes insiste em privatizar Correios que teve lucro de R\$ 3,7 bi

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou na sexta-feira (18), durante um seminário em Fortaleza, que as privatizações dos Correios e da Eletrobrás devem acontecer ainda este ano.

Em 2021, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) registrou um lucro de R\$ 3,7 bilhões. O valor representa o dobro do registrado em 2020 e representa o melhor resultado nos últimos 22 anos. E o governo quer entregar uma empresa com esse potencial para os concorrentes.

Para Paulo Guedes, isto pouco importa. Com a sua desastrosa gestão na economia, que levou ao aumento do desemprego no país, retorno da inflação, forte desvalorização do real frente ao dólar, e os juros em patamares novamente estratosféricos, só resta ao ministro da conta milionária nas Ilhas Virgens o lobby das privatizações.

Neste mês, os trabalhadores dos Correios retomaram a campanha contra a privatização da estatal e tentam evitar que o PL 591 – que trata do tema – volte à pauta no Senado.

“Essa ação de dialogar com os senadores é fundamental para explicar e esclarecer as ilegalidades, contradições e crimes contra a soberania do país, o patrimônio e o direito da população incluídos no PL 591-21, que indica a privatização de 100% dos Correios”, afirmou a Federação Interstadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios (Findect),

Além dos Correios, Guedes disse que o governo Bolsonaro quer privatizar ainda neste ano a maior companhia de energia elétrica da América Latina, a Eletrobrás.

O governo estipulou o minúsculo preço de venda da Eletrobrás em cerca de US\$ 10 bilhões. Isto é “um quarto de uma empresa inglesa, que tem muito menos transmissão do que Eletrobrás e nenhuma usina”, alertou o especialista Roberto Pereira D’Araújo, diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Illumina), em entrevista recente ao HP.

Citando o site Statista, que publicou dados sobre as grandes empresas, “as mais valoradas”, Roberto D’Araújo destacou que a décima colocada é a inglesa National Grid, “uma empresa que só tem transmissão, não tem nenhuma usina e vale US\$ 44 bilhões”.

“Se uma empresa que só tem transmissão – e muito menos transmissão do que a Eletrobrás – e não tem nenhuma usina vale 44 bilhões de dólares, como é que a Eletrobrás vai valer 10 bilhões de dólares?”, questionou o engenheiro eletricista, ao afirmar ainda que “é doar de graça uma empresa com um potencial impressionante”.

Segundo Guedes, o governo também planeja privatizar os terminais portuários de Santos, em São Paulo, e de Vitória, além dos aeroportos Santos Dumont e Galeão (RJ) Congonhas (SP).

“BC fez um contorcionismo para justificar uma decisão que eles já tinham em mente, que era aumentar os juros em um ponto percentual”, denuncia o economista José Luis Oreiro

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu nesta quarta-feira (16) elevar a taxa básica de juros (Selic) em 1 ponto percentual, passando de 10,75% para 11,75% ao ano. É o nono aumento consecutivo na taxa. Com isso, a Selic alcançou o maior nível desde abril de 2017, quando estava em 12,25% ao ano.

O economista José Luis Oreiro, em entrevista ao HP, contesta a afirmação do Banco Central de que a decisão de aumentar os juros é compatível com a suavização dos choques sobre o nível de atividade. “É mentira pura”, afirma.

“Se você está com uma inflação que resulta de um choque de oferta, quando você eleva os juros você amplifica o choque sobre o nível de produto e emprego. Isto é macroeconomia elementar”, completou o professor do Departamento de Economia da UnB.

Segundo Oreiro, “o Banco Central fez um contorcionismo para justificar uma decisão que eles já tinham em mente, que era aumentar os juros em um ponto percentual”.

O economista desmonta os argumentos apresentados pelo BC, em comunicado, sobre as razões para mais um aumento dos juros.

“Na nota, eles colocam duas hipóteses que são discutíveis. A primeira é de que o comportamento do PIB [Produto Interno Bruto] no último trimestre de 2021 sinaliza um crescimento forte da economia para 2022. Os números que saíram já nos primeiros meses de 2022 não mostram isso, pelo contrário, as expectativas dos agentes de mercado sobre o crescimento da economia brasileira em 2022 vai ser um crescimento anêmico, próximo de zero por cento, se não, negativo”.

A segunda premissa, apontada pelo professor Oreiro, é de que a direção do BC está supondo que o barril de petróleo vai encerrar o ano em 100 dólares. Patamar alcançado e até ultrapassado nos primeiros dias do conflito entre Rússia e Ucrânia, mas que começou a cair.

“Acho muito pouco provável que essa crise na Ucrânia vá durar até o final do ano. Pelo contrário, a gente deve ter mais 30 dias, isso deve estar resolvido. E aí o preço do petróleo vai se normalizar. Vai ficar abaixo de 100 dólares o barril, não sei quanto, mas você vai ter um cenário que vai ser muito mais próximo do que você tinha no início do ano, que era o barril de petróleo a 70 dólares”, avaliou Oreiro.

### CAIXA PRETA

“Dada essas hipóteses, o Banco Central fez uma previsão com base no modelo que ele nunca divul-

ANTONIO ROSA

## Governo aprova 10,5 bi para as empresas privadas de energia e manda conta para o consumidor

O governo Bolsonaro aprovou mais um empréstimo bilionário ao setor elétrico de R\$ 10,5 bilhões, passando a conta dessa benesse para o consumidor.

Em 2021, para cobrir os “prejuízos” que as operadoras privadas alegam que tiveram com a pandemia da Covid-19, crise que atingiu os mais amplos setores da economia e que nem por isso tiveram ajuda do governo, os consumidores brasileiros pagaram R\$ 20,7 bilhões de bandeira tarifária, a segunda mais alta tarifa de energia do mundo, segundo a Agência Internacional de Energia.

Em 2020, já tinham recebido um empréstimo por conta da Covid-19 que totalizou R\$ 14,8 bilhões. O valor está sendo pago pelos consumidores embutido na conta de luz. As parcelas da chamada “conta-covid” serão cobradas mensalmente até dezembro de 2025.

“São recursos alocados às tarifas sem nenhuma transparência, denuncia o presidente da Abividro (Associação Brasileira de Indústria de Vidros). “Por acaso alguém auditou as contas que serviram de base para a conta-covid de 2020 para verificar se foram confirmados os prognósticos dramáticos para o segundo semestre daquele ano que serviram de base para o empréstimo bilionário”, questiona o empresário.

Agora, alegam um “rombo”, uma diferença de R\$ 10,5 bilhões, que querem tirar do já arrojado orçamento dos consumidores que enfrentam a carestia com a disparada generalizada nos preços dos combustíveis, alimentos, aluguel, etc, etc, com aval de Bolsonaro. O novo aumento na conta de luz será adicionado às tarifas, com juros, a partir de 2023, e logo após as eleições.

ANTONIO ROSA

## Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



**HORA DO POVO** é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br  
E-mail: comercial@horadopovo.com.br  
E-mail: hp.comercial@uol.com.br  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000  
**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: hpri@oi.com.br  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: horadopovomg@uol.com.br  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 -  
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Curitiba, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Roraima.

www.horadopovo.com.br



Reprodução  
Ato aconteceu em Curitiba na sexta-feira, 18  
“Requião é o mais preparado do Paraná”, afirma Lula na filiação do ex-senador ao PT

O ex-governador e ex-senador do Paraná, Roberto Requião, de 81 anos, anunciou no último domingo (13) a filiação dele ao PT para disputar o governo do Estado. As conversas entre Requião e o partido aconteciam desde o ano passado.

O ingresso de Requião à sigla foi oficializado nesta sexta-feira (18), em Curitiba, com a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A imprensa, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), afirmou que “Requião sempre esteve ao lado das lutas do PT” e que o objetivo do partido é construir no Paraná amplo arco de aliança, a exemplo do que o partido pretende fazer na disputa nacional.

No Paraná, as conversas estão avançadas, inclusive, com o PDT de Ciro Gomes.

**‘CONSERTAR O PARANÁ’**  
Requião atribuiu a rejeição à esquerda e ao PT no Estado como “uma lenda”. “Estou disposto, com a experiência administrativa que adquiri na vida, a consertar o Paraná para os paranaenses, e o PT é um instrumento disso”, afirmou.

“A essência do Partido dos Trabalhadores e a devolução da esperança ao povo, que se traduz na candidatura de Lula, me faz eliminar qualquer vacilação e hesitação”, destacou.

“Nós precisamos fazer um grande movimento contra a extrema-direita no Brasil e o Requião é a pessoa mais preparada no Paraná para vencer essa batalha conosco. É só assim que a gente vai conseguir resgatar o País e o Paraná para o nosso povo novamente”, afirmou Lula.

**‘MUDAR O PAÍS E O PARANÁ’**

“Analisando a conjuntura política, não tenho mais dúvida alguma, o caminho é essa federação, esta frente organizada pelo PT. Quero dizer a vocês que estou entrando no Partido dos Trabalhadores”, disse Requião.

“Eu tenho fé, eu acredito firmemente que o Lula, com um programa bem definido [...] terá sucesso na campanha presidencial. É por aí que vamos mudar o País e aqui no Paraná eu levo a frente à minha pré-candidatura ao governo do Estado, para pôr ordem na casa e acabar com os erros todos”, acrescentou Requião em vídeo publicado nas redes sociais dele.

Ele estava sem partido desde agosto de 2021, quando deixou o MDB.

**ASSENTAMENTO DO MST**  
Na manhã desta sexta-feira, a presidente nacional do PT e deputada federal pelo Paraná, Gleisi Hoffmann, saudou a chegada do ex-governador.

“Hoje é dia de receber no PT o amigo de longas jornadas @requiaooficial. Tenho muito orgulho de junto com @LulaOficial assinar a ficha de filiação desse grande companheiro. Seja bem-vindo, Requião! Você é importante no nosso movimento pra derrotar o atraso e reerguer o Brasil”, postou no perfil dela no Twitter.

Após o ato de filiação de Requião em Curitiba, o ex-presidente Lula visitará o assentamento Eli Vive, em Londrina, interior do Paraná, no sábado (19). A atividade “Jornada de Solidariedade: Rumo aos Comitês Populares” pretende reunir 10 mil pessoas de comunidades do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de todo o Estado.

“Nós estamos muito felizes, radiantes. Queremos mostrar pra presidente Lula toda a nossa luta de anos, e que a reforma agrária é possível. Com a conquista da terra, que tem como trabalhar com a agroecologia, produção de comida para o povo, saúde, educação, cuidar da natureza”, afirmou a assentada no Eli Vive e integrante da direção estadual do MST Sandra Ferrera, ao Blog do Esmael.

Além de Lula, estarão presentes Gleisi Hoffmann, Roberto Requião e os dirigentes nacionais do MST João Pedro Stédile e João Paulo Rodrigues.

**QUEM É ROBERTO REQUIÃO**  
Requião nasceu em Curitiba, em 5 de março de 1941. É advogado, jornalista, urbanista e político brasileiro.

Ele foi deputado estadual (1983-1986), prefeito de Curitiba (1986-1989), secretário estadual (1989-1990), governador do Paraná (2003-2006) e senador da República (2011-2019).

**SAÍDA DO MDB**  
Após 40 anos filiado ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), Requião deixou o partido em agosto de 2021. O anúncio da saída ocorreu após a chapa dele ser derrotada na disputa pelo comando do Diretório Estadual do partido no Paraná.

A chapa vencedora, encabeçada pelo deputado estadual Aníbelli Neto e apoiada pelo deputado federal Sérgio Souza (MDB), é próxima ao governador Ratinho Júnior (PSD) e ao presidente Jair Bolsonaro (PL). Requião defendia a pré-candidatura dele pelo partido ao governo do Paraná em oposição a Ratinho.

Na rede social, escreveu após o resultado: “O MDB do Paraná foi tomado pelo Ratinho e pelo Bolsonaro. Sou sério, estou fora! Que pobreza, que vergonha, que indignidade, o partido que eu fundei foi tomado pelo Ratinho e pelo Bolsonaro”.

Após sair do MDB, Requião iniciou conversas com o PDT, PSB e com PT em busca de novo partido, com vistas às eleições ao governo do Paraná em 2022.

No início deste mês, Requião confirmou ingresso no PT como pré-candidato ao governo do Paraná com apoio de Lula.

M. V.

# Telegram recua, acata o STF e Moraes revoga o bloqueio



STF/Agência Brasil  
Ministro Alexandre de Moraes fez Telegram respeitar as leis do Brasil

## Petrobrás em perigo: governo dá dica e entreguistas almejam ‘pulverizar’ estatal

Tanto a ameaça feita contra a Petrobrás por Jair Bolsonaro, na quinta-feira (17), dizendo que “ela pode ser privatizada hoje”, quanto o editorial do jornal “O Globo” deste sábado (19), defendendo o “desmembramento e a pulverização da petroleira brasileira”, são delírios de um tipo de gente que nunca acreditou no Brasil, não gosta de seu povo e que só pensa em vender a seus amos – a troca de migalha – o patrimônio e as riquezas do país.

Estes ataques à Petrobrás ocorrem ao mesmo tempo em que há uma encenação criminoso por parte do governo na questão dos preços dos combustíveis. A política do governo de dolarizar preços – não só nos combustíveis – está jogando-os na lua e trazendo de volta a praga da inflação. O Planalto poderia tomar decisões a favor do país e de seu povo e não as toma. Prefere fazer coro contra a Petrobrás. E o jornal “O Globo”, por sua vez, se aproveita do caos bolsonarista, agravado com o embargo dos EUA ao petróleo russo, para defender, em editorial, o desmantelamento e a entrega aos pedaços da estatal brasileira.

**ESTRATEGICA**  
A Petrobrás, empresa estratégica para o Brasil, ao contrário do que dizem Bolsonaro e os editorialistas de “O Globo”, é uma empresa de sucesso. Refinava o petróleo importado quando o Brasil ainda nem tinha localizado suas reservas e estava longe da autossuficiência no “ouro negro”. Descobriu e extraiu o petróleo de onde as empresas estrangeiras diziam que ele não existia. Hoje é uma das maiores produtoras do mundo. Ampliou e intensificou o refino e abasteceu o Brasil por décadas enquanto se assistia no mundo ao agravamento dos conflitos e guerras pelo domínio do óleo e seus derivados.

A Petrobrás hoje não só tem condições de atender às necessidades do Brasil em derivados como pode fazê-lo cobrando mais barato pelos combustíveis comercializados no Brasil. Ela pode perfeitamente fazer isso porque produz todo o petróleo de que o país necessita e tem capacidade de refinar, com um baixo custo de produção, tudo o que o Brasil consome em termos de derivados. Só não o faz porque o governo não permite que ela produza tudo o que pode e ainda a obriga a vender seus produtos aos brasileiros com preços baseados no dólar e na especulação.

O Planalto não deixa a Petrobrás cobrar a gasolina mais barata porque não quer contrariar interesses privados e poderosos que estão importando o produto. A política adotada pelo Planalto é de atrelar os preços internos, ou seja, os preços cobrados aos brasileiros, à variação do dólar e do barril de petróleo no mercado internacional. Bolsonaro faz isso porque é uma exigência, primei-

ro dos importadores de combustíveis e, segundo, dos acionistas privados da Petrobrás, em grande parte aplicadores na Bolsa de Nova Iorque, que, com essa política, estão embolsando bilhões em dividendos.

**SABOTAGEM**  
A Petrobrás poderia vender óleo diesel, por exemplo, pela metade do preço e ainda assim teria um lucro acima da média. Este cálculo é feito por especialistas. O engenheiro Paulo César Lima, que foi funcionário da Petrobrás e Conselheiro Legislativo do Senado, fez um estudo em 2018, na época da greve dos caminhoneiros, mostrando que o litro de diesel custava para a Petrobrás entre R\$ 0,92 e R\$ 0,93, e estava sendo vendido por R\$ 2,30. Então, o lucro, segundo o estudo, era superior a 150%.

O governo simplesmente não permite que a empresa cobre mais barato. Se a Petrobrás cobrar os preços justos, vinculados ao seu custo de produção, as importadoras privadas de combustíveis, que vendem mais caro, perderão mercado e não terão como ganhar seus gordos lucros. Para manter esses privilégios dos importadores, Bolsonaro insiste em sacrificar até as verbas da Saúde e Educação, dos estados e municípios, tentando reduzir o ICMS, imposto que não tem nada a ver com os aumentos dos preços dos combustíveis.

Como os governadores provaram, com o congelamento do ICMS, que o imposto não tinha nada a ver com os aumentos frequentes provocados pela paridade internacional, o governo começou a justificar a manutenção da paridade de preços internacionais e os consequentes aumentos internos pela dependência de importação. O governo passou a dizer que a Petrobrás não pode cobrar mais barato porque “haverá desabastecimento”. Os importadores, segundo o Planalto, estariam ameaçando não importar derivados que o Brasil precisa se o preço da Petrobrás baixar.

A ameaça de desabastecimento de derivados é outra falácia usada para manter a atual política. O Brasil tem condições plenas de produzir internamente todo o combustível de que necessita. Só precisaria importar alguns poucos tipos de derivados, e mesmo assim de forma marginal. O país tem capacidade de refino para atender toda a sua demanda. Aliás, a estatal sempre refinou o que o país demandava. O consumo de derivados no Brasil é de 2,3 milhões de barris por dia e a capacidade de refino é de cerca de 2,5 milhões de barris.

**PLANALTO**  
O que acontece é que, para beneficiar os grupos privados de importadores – que são ligados às multinacionais exportadoras – o governo vem desativando as refinarias do país. Cortou os investimentos em refino para “abrir espaço” para os importadores privados. Essa é a verdade. Por uma decisão política, Bolsonaro está tornando

o Brasil dependente de importação de derivados. Comprando fora 30% do consumo interno, eles acham que podem ameaçar com a paralisação das importações. Por isso fazem chantagem. Ou aumentam o preço ou eu paro de importar, dizem.

O fato é que não há ameaça nenhuma de desabastecimento no Brasil. Há uma capacidade ociosa das refinarias brasileiras que podem ser acionadas a qualquer momento. É só uma decisão política e o abastecimento será garantido.

As refinarias brasileiras estão funcionando com 25% a 30% de ociosidade. Essa redução da produção já vem ocorrendo há alguns anos, mas se agravou com Bolsonaro. Com a retomada da produção, não haverá mais a necessidade de importar derivados. Portanto, essa “ameaça” é só um pretexto. O governo mantém a política de paridade internacional, que resulta em preços abusivos, porque ele defende os interesses dos grupos privados. A população que pague o pato. Como, aliás, já está pagando, e caro.

Diz o Globo que é preciso atrair capital estrangeiro para “aumentar a concorrência”. Mas, desde o ano de 1997, quem quiser montar refinaria no Brasil, pode fazê-lo. Não é proibido, como insinua editorial de “O Globo” deste sábado. Não houve investimento privado nenhum em refino nestes anos todos. Quem investiu foi apenas a Petrobrás. Os grupos privados só criaram empresas para importar. Montaram escritórios para importar derivados de suas matrizes e fizeram lobby junto a Planalto para garantir preços rentáveis.

Eles estão ganhando muito dinheiro nessas transações. Não há investimento nenhum no desenvolvimento do país. Ou, quando os há, é para fazer como os árabes: compram refinarias que já existem. Não há investimento novo algum. Nenhuma nova refinaria foi construída. Apenas transferência de ativos brasileiros para mãos estrangeiras e mais remessas para o exterior.

**ESTRANGEIRAS**  
As petroleiras multinacionais (Shell, Total, Equinor e outras) são outro exemplo. Elas não estão investindo em exploração de petróleo, como se apregoava que ocorreria com as privatizações. Elas estão acopladas aos projetos de extração operados pela Petrobrás nos campos do Pré-sal. Ou seja, estão se beneficiando da exploração e estão exportando todo o petróleo que obtém no Brasil, sem pagar um tostão de imposto de exportação.

Como dizem os especialistas da área, as petroleiras que estão no Pré-sal, onde os campos estão entre os mais produtivos do mundo, estão nadando em dinheiro. Não há justificativa para esta isenção fiscal. Elas poderiam perfeitamente contribuir com algum imposto para ajudar o desenvolvimento nacional.

SÉRGIO CRUZ

Em 24 horas a plataforma de Dubai atendeu a todas as determinações da Justiça brasileira

Após o Telegram cumprir em 24 horas as determinações judiciais que estavam pendentes, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, revogou o bloqueio do aplicativo em todo o país.

Na sexta-feira (18), o ministro Alexandre de Moraes determinou o bloqueio do Telegram em todo o território nacional. No sábado (19), após a plataforma pedir desculpas ao STF e fornecer um e-mail para notificações, Moraes deu prazo de 24 horas para o aplicativo cumprir as determinações judiciais que ainda estavam pendentes.

O ministro listou o que a plataforma devia fazer:

1) indicar à Justiça um representante oficial do Telegram no Brasil (pessoa física ou jurídica);

2) informar ao STF, “imediate e obrigatoriamente”, as providências adotadas pelo Telegram para “o combate à desinformação e à divulgação de notícias fraudulentas, incluindo os termos de uso e as punições previstas para os usuários que incorrerem nas mencionadas condutas”;

3) excluir imediatamente os links no canal oficial de Jair Bolsonaro, no Telegram, que

## General Rêgo Barros, ex-porta-voz, repele o “mito” e apoiadores: “neles, não voto mais”

O general Otávio Rêgo Barros, porta-voz da Presidência da República no primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro (PL), disse que não votará nos mesmos candidatos da eleição de 2018. Ou seja, não repetirá o voto no antigo chefe.

“Me lembro bem em quem votei nas últimas eleições. Neles, não voto mais”, afirmou.

A declaração está em um artigo publicado por ele na edição de quinta-feira (17) do jornal Correio Braziliense.

Sem citar o nome de Bolsonaro, o general critica o presidente ao dizer que “o sujeito passa três anos sem dizer a que veio” e está “despreocupado de aprofundar os problemas e encontrar as saídas”.

“No último ano, dispara a gastar dinheiro público irrisivelmente que os cofres não possuem, viajar para inaugurar pinguela inaugurada e propor novos e maravilhosos projetos caso seja reeleito”, acrescentou.

Para Rêgo Barros, é terrível que na política brasileira os elei-

## Fracassam atos de Bolsonaro pelos 58 anos da marcha golpista de 1964

Convocadas com toda a pompa, as manifestações pelos 58 anos da marcha golpista de 1964, que ajudou a derrubar o governo de João Goulart, e em apoio a Bolsonaro, fracassaram neste domingo. O “mito” teve que cancelar sua participação na Praça dos Três Poderes porque só havia cerca de cinquenta pessoas na manifestação.

**PRAÇA VAZIA**  
Uma estrutura havia sido montada pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), mas após o fiasco e o cancelamento da participação de Bolsonaro (PL), os manifestantes desanimaram ainda mais e começaram a se dispersar.

O ato em apoio a Bolsonaro foi convocado pela Ordem dos Advogados Conservadores do Brasil e a Marcha da Família Cristã pela Liberdade e estava programado para ocorrer em pelo menos 11 cidades, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Na capital o grupo trazia faixas contra o STF. Sem público, eles entoaram cantos em apoio ao chefe do Executivo, fizeram orações e reclamaram dos ministros do Supremo.

**DESGASTE**  
Bolsonaro anda bastante desgastado com a explosão dos preços dos combustíveis, o desemprego e a volta da inflação. O brasileiro não consegue mais encher o tanque do carro e nem garantir alimentos para a família.

Ele autorizou, no dia 11 de março, um aumento de 24,9% no preço do diesel, 18,8% na gasolina e 16,1% no gás de cozinha. O repúdio foi generalizado. O “mito” tenta tirar o corpo fora culpando os outros pela gasolina cara, mas as pessoas sabem que é dele a decisão pelos aumentos.

O fracasso das manifestações bolsonaristas deste domingo é um retrato do desgaste de quem pro-

permitem baixar documentos de um inquérito sigiloso e não concluído da Polícia Federal (veja detalhes abaixo);

4) bloquear o canal “Claudio Lessa”, fornecer os dados cadastrais da conta ao STF e preservar a íntegra do conteúdo veiculado nesse espaço.

No mesmo sábado, a plataforma já tinha excluído os links no canal oficial de Jair Bolsonaro.

O Telegram foi notificado às 16h44 do sábado e, às 14h45 deste domingo, informou ao STF que tinha concluído as “tarefas” da lista.

“Diante do exposto, considerado o atendimento integral das decisões proferidas em 17/3/2022 e 19/3/2022, revogo a decisão de completa e integral suspensão do funcionamento do Telegram no Brasil, proferida em 17/3/2022, devendo ser intimado, inclusive por meios digitais – , o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Wilson Diniz Wellisch, para que adote imediatamente todas as providências necessárias para a revogação da medida, comunicando-se essa Corte, no máximo em 24 horas”, escreveu Alexandre de Moraes na sua decisão.

tores, em sua maioria, sequer saibam em quem votaram nas eleições anteriores e também não acompanham o trabalho dos eleitos para ver se realmente cumpriram as promessas de campanha.

“Bilhões de reais foram desviados dos cofres públicos e das estatais a eles vinculados e ninguém se recorda, ou se recorda e não considera importante. Mais de meio milhão de pessoas morreram em face da covid-19, outros tantos ainda permanecem sequelados e o assunto já passa ao largo, como pesadelo a ser esquecido, em justificativa à má gestão”, escreveu Rêgo Barros.

“No entender dele, “corrupção é palavra deletada do dicionário, já que o acusado, mesmo pego com dinheiro escondido em lugares íntimos, pode alegar desconhecer a sua origem”.

“Mentira é só uma questão de ponto de vista e sempre há a possibilidade de desdizer o que disse para dizê-lo novamente amanhã sem ruborizar”, frisou o general.

meteu gasolina a R\$ 3,00 e gás de cozinha a R\$ 35,00.

Apesar da grande convocação feita pelos bolsonaristas, o público não compareceu. Em Porto Alegre, onde Bolsonaro tinha grande apoio, o ato foi ainda mais melancólico e fraco do que o de Brasília. Algumas dezenas de manifestantes se reuniram em apoio ao governo em frente ao Parque Moinhos de Vento, na capital.

Vestidos de verde-amarelo, os seguidores de Jair Bolsonaro e apoiadores da ditadura fizeram falas a favor da família, da religião e da liberdade e contra o uso obrigatório de máscara, a vacinação de crianças contra o coronavírus e a exigência de passaporte vacinal. Também se opuseram à atuação dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

**NINGUEM VIU**  
Em São Paulo, onde eram esperados na Avenida Paulista o deputado Eduardo Bolsonaro, Ives Gandra Martins, sua filha, a secretária da Família, Angela Gandra, o príncipe Orleans de Bragança e o fugitivo Allan dos Santos, que vive nos EUA e é esperado no Brasil para ser preso pela Polícia Federal, não se teve notícia da manifestação. No Rio de Janeiro, estava programada uma marcha até a casa de Bolsonaro, mas até o fechamento desta reportagem não havia informações sobre o evento.

**HISTÓRICO**  
Em 19 de março de 1964, estimulada pelos entreguistas, a “Marcha” reuniu manifestantes na praça da Sé em São Paulo. Havia na época uma orquestração histórica do monopólio da mídia contra o governo democrático e desenvolvimentista de João Goulart. Eles levaram os manifestantes a enxergarem no governo uma “ameaça comunista”, que não existia.

Manifesto do Movimento Engenharia pela Democracia conclama:

# Derrotar o governo Bolsonaro e o seu projeto de destruição

“É fundamental defender nossos princípios, pela democracia, pela educação, pelo meio ambiente, pela soberania, pela engenharia e pela vida”, diz o coordenador eleito do movimento, Paulo Massoca

Na quarta-feira (16), foi realizada a assembleia para a eleição da primeira direção do movimento Engenharia pela Democracia (EngD). Em um grande encontro com diversos líderes da engenharia brasileira, eles concretizaram o movimento que luta na defesa da democracia e da soberania nacional.

Segundo os engenheiros, o movimento “aprofunda o compromisso com a imprescindível tarefa de unir a Nação para derrotar e afastar o atual governo federal e seu projeto de destruição”.

Após meses de preparação, debates nos estados do país e eventos virtuais, o evento ocorreu para formalizar o movimento que se propõe a recuperar a condução do país e retomar o caminho democrático pleno e soberano, com ideias e propostas para entregar a contribuição ao processo de recuperação e de aprofundamento da redemocratização do Brasil, e de resgate da Engenharia e da Soberania Nacional.

O engenheiro e coordenador geral do movimento, Paulo Massoca saudou a todos que estiveram presentes no ato e conclamou a defesa dos princípios do EngD. “É fundamental a criação deste movimento, pela engenharia, pelos movimentos sociais, pelas pessoas, de lutar pelo nosso país, é fundamental defender nossos princípios, pela democracia, pela educação, pelo meio ambiente, pela soberania, pela engenharia e pela vida”.

“Vemos dezenas de milhões de brasileiros e brasileiros submetidos ao desemprego e à fome em níveis jamais vistos. A população está desassistida em meio a uma crise econômica e à precarização absoluta de suas condições de trabalho e moradia, em que cidades e empresas são arruinadas e famílias são despejadas para a mendicância em nossas cidades e no campo”, ressaltam os engenheiros.

Durante o evento, os engenheiros presentes na Assembleia aprovaram uma carta à nação brasileira, em que além de defender os princípios do EngD, denuncia os desmandos do governo Bolsonaro com a saúde e a pandemia, o meio ambiente, a educação, os empregos, entre outros pontos.

“Somos profissionais de Engenharia, Arquitetura, Geociências e outros campos de conhecimento correlatos que interagem ou atuam na engenharia. Não fazemos distinção de etnia, credo reli-

gioso, gênero, orientação afetiva ou convicção política. Os princípios que nos norteiam são: a Democracia nas suas dimensões social, cultural, econômica, política e ambiental; a Educação em Engenharia e Soberania nacionais; e o Desenvolvimento sócio ambientalmente responsável. Nos somamos à voz da Nação para, neste ano, dar um basta a esse descalabro, viva a Democracia, viva a engenharia nacional, viva a união do povo brasileiro. Fora Bolsonaro!”, diz um trecho da carta.

A engenheira e vice-coordenadora geral do EngD, Cládice Diniz saudou os participantes e conclamou um momento combativo pela democracia. “Nós faremos um movimento memorável, um momento combativo e que possamos levá-lo por muito tempo. Fora Bolsonaro”, disse.

Ainda durante o debate, o geólogo da Petrobrás e conselheiro do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ) Ricardo Latgé afirmou que é preciso a criação, a solidificação e ampliação do movimento acerca do que o país vive.

“Minha saudação está acima de tudo à disposição de trabalharmos juntos, de ampliar o debate sobre o papel da engenharia no desenvolvimento do Brasil, com o propósito de defender o movimento, a soberania e acima de tudo, a qualidade de vida do nosso povo, que possamos combater a política bolsoneirista e zelar pela democracia do país”, disse.

O engenheiro Allen Habert parabenizou a criação do movimento também e afirmou que o documento aprovado pela Assembleia é condizente com o que defende o movimento, pela democracia e pela soberania nacional. Habert também criticou a retirada de direitos trabalhistas e afirmou que é preciso lutar para que nenhum desmando de Bolsonaro aconteça.

“A carta condizente com o nosso pensamento, e é uma boa senha para que se entenda o que é o EngD. É preciso que se construa uma nação próspera, uma nação democrática, representativa, de direitos de soberania nacional, que não tenhamos uma CLT lascada. Nós não podemos aceitar isso”, disse.

A Assembleia aprovou uma Carta a Nação Brasileira que recolherá assinaturas de adesão pelo portal [engdemocracia.com.br](http://engdemocracia.com.br) e sua direção vai iniciar uma intensa agenda de trabalho.

## Latam culpa alta dos combustíveis por suspender 21 rotas e promete aumento de 30% nas passagens

A Latam vai suspender, a partir de abril, temporariamente, 21 rotas nacionais por conta do aumento dos combustíveis. A maior parte dos voos permanecerá suspensa entre abril e junho, mas há uma programação específica para cada rota.

Alguns voos afetados eram de rotas que ainda seriam inauguradas, como trajetos entre São Paulo e cidades como Montes Claros e Juiz de Fora, em Minas Gerais; Presidente Prudente, em São Paulo; Cascavel, no Paraná; e Sinop, em Mato Grosso. Outras rotas que estavam em operação também foram suspensas.

De acordo com a companhia aérea, quem já tinha voos comprados para esses destinos está sendo informado pela Latam e poderá remarcar o voo sem custo, solicitar o reembolso integral do valor pago ou optar por alguma rota alternativa com conexão. Todas essas alternativas são válidas até o vencimento do bilhete, 12 meses após a data da compra.

Além de destacar os impactos diretos no preço do petróleo, em função do conflito entre Rússia e Ucrânia, a companhia ressaltou

que a situação pode resultar em aumentos de preços das passagens e serviços adicionais em até 30%.

Na semana passada, a Latam admitiu que os preços de combustíveis têm impacto relevante no custo de operação e afirmou que o atual cenário demanda que a passagem fique mais cara.

“É inegável o impacto nos custos das companhias aéreas, em função da alta do preço do querosene da aviação (QAV) que, infelizmente, diante da imposição desse novo cenário de crise sem precedência e previsibilidade, afetará o aumento no preço das passagens”, disse nota da empresa.

Em uma declaração para o jornal Folha de São Paulo, no último dia 11 de março, o presidente da Latam Brasil, Jerome Cadier, já havia falado sobre os impactos sofridos no setor por conta da pandemia e dos aumentos de tarifas ocorridos desde janeiro deste ano.

“Toda a indústria, não só a Latam, responde a esse tipo de crise com duas medidas: a primeira é um aumento das tarifas e, a segunda, uma redução da oferta. Uma em função da outra”, salientou Jerome para a Folha de São Paulo.



Diretoria do Engenharia pela Democracia foi eleita na última semana

## Milton Ribeiro instalou gabinete paralelo de pastores no Ministério da Educação

O gabinete do ministro da Educação, Milton Ribeiro, está sendo comandado por um grupo de pastores que determinam as agendas para “alinhamento político” e decidem até a distribuição de verbas federais destinadas à educação do país. As informações são do jornal “O Estado de São Paulo”.

A denúncia grave indica que os religiosos atuam como lobistas no governo de Jair Bolsonaro (PL).

Os pastores andam em voos públicos com aviões oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB) e são liderados pelos pastores Gilmar Silva dos Santos, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil, e Arilton Moura, assessor de Assuntos Políticos da entidade.

Nos últimos 15 meses os dois estiveram presentes em 22 compromissos oficiais no MEC, 19 deles com a presença do ministro. Algumas das reuniões são descritas como “alinhamento político”.

Segundo a reportagem, o gabinete atua como um lobby e tem palpite na decisão de destinação de recursos da pasta, além de intermediar encontros com autoridades de governo estaduais e empresários.

Especialistas em direito público ouvidos pelo jornal apontam irregularidades como tráfico de influência e usurpação da função pública pelos pastores. “Qualquer pessoa pode levar determinados pleitos a algum representante do poder público. É legítimo. Agora, a partir



Religiosos atuam como lobistas e determinam até distribuição de verbas federais a municípios

do momento que passa a ser uma prática, um exercício de uma atividade pública (por alguém que não faz parte da administração), configura o crime”, afirma o advogado Cristiano Vilela.

Numa viagem de Ribeiro ao município de Centro Novo do Maranhão (MA), em maio do ano passado, o pastor Gilmar dos Santos afirmou, de forma categórica, que era o responsável por garantir verbas para prefeituras.

“Estamos fazendo um governo itinerante, principalmente através da Secretaria de Educação, levando aos municípios os recursos, o que o MEC tem, para os municípios”, disse em vídeo ao qual Estadão teve acesso. A prefeitura da cidade de 22 mil moradores é comandada por Junior Garimpeiro, do Progressistas.

No dia 7 de agosto, os pastores levaram o ministro para uma agenda com prefeitos em Coração de Maria (BA), de 28 mil habitantes, governada por Kley Lima, outro prefeito do Progressistas. Ao discursar no evento, o pastor Arilton

Moura agradeceu a presença de Milton Ribeiro, deixando claro que ele havia patrocinado a visita do ministro.

“Houve o maior interesse de trazer o ministro, nosso irmão, nosso amigo, para cá”, disse o religioso. “Esse é o nosso governo. É o governo do presidente Jair Bolsonaro.” Ribeiro, por sua vez, saudou “meus amigos Arilton e Gilmar”. “As coisas aconteceram também pela instrumentalidade dos senhores”, disse o ministro.

Os pastores atuam especialmente na intermediação entre a pasta e prefeitos do Progressistas, do PL e do Republicanos. O bloco de partidos comanda o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O órgão que concentra os recursos do ministério é presidido por Marcelo Ponte, ex-assessor do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, chefe do Progressistas. De um orçamento de R\$ 45 bilhões do MEC em 2022, o FNDE possui R\$ 945 milhões.



Jussielson Gonçalves Silva, foi preso pela PF na quinta-feira (17)

## PF prende coordenador bolsoneirista da Funai por arrendamento de terras indígenas em MT

Uma operação deflagrada pela Polícia Federal nesta quinta-feira (17) prendeu três pessoas por suspeita de envolvimento em um esquema milionário de arrendamento ilegal de uma terra indígena para pecuaristas em Ribeirão Cascalheira (MT). Os presos são Jussielson Gonçalves Silva, coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), o sargento da Polícia Militar Gerrard Maximiliano Rodrigues de Souza e o ex-policial militar do Amazonas, Enoque Bento de Souza. As prisões ocorreram durante a Operação Res Capta, deflagrada pela Polícia Federal, nesta quinta-feira (17), contra o arrendamento de terras indígenas para pecuaristas.

Militar inativo da Marinha, Jussielson Gonçalves Silva foi nomeado para chefiar a Coordenação Regional (CR) de Ribeirão Cascalheira em março de 2020. A substituição de servidores de carreira por militares foi uma manobra do governo de Jair Bolsonaro para paralisar a política indigenista prevista na Constituição, segundo já denunciaram indígenas e indigenistas. Militares já ocupam 60% das CRs da Funai na Amazônia.

A terra indígena estava arrendada para pecuaristas, com a autorização do cacique Cacique Damião Paridzané, que recebia R\$ 900 mil por mês. Também foi apreendida um caminhonete SW4 que ele teria recebido em troca da permissão da concessão ilegal da área. O veículo está avaliado em R\$ 366,9 mil. Mais de 70 mil cabeças de gado eram criadas na área, segundo a PF.

O Ministério Público Federal (MPF) não tem dúvidas de que o dinheiro das contas do cacique é “oriundo das parcerias espúrias formadas no interior da terra indígena para a exploração maciça da área indígena sem qualquer controle por parte da Funai”.

Segundo a PF, por mês, recebia em torno de R\$ 900 mil dos fazendeiros. Servidores da Funai também ganhavam propinas, mas não há informações sobre os valores pagos a esses funcionários. No entanto, segundo o MP, eram pagas quantias milionárias para que os fazendeiros tivessem acesso à Terra Indígena Maráiwatsédé, do povo Xavante. Os arrendamentos teriam começado em 2017.

Além disso, a polícia também identificou transferências bancárias de suspeitos de envolvimento no esquema à conta do cacique. Uma delas foi em janeiro deste ano, no valor de R\$ 120 mil, à Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Alto Xingu. Os pagamentos, realizados em espécie, ocorriam dia 15 de cada mês por meio de transações bancárias. A “comissão” do coordenador da Funai era de 10% por cada medição, conforme a polícia. Ele ainda recebia para recrutar perfis dispostos a engrossar o bando dos crimes ambientais.

“PARCERIAS”  
Ironicamente, a Coordenação Regional (CR) da Funai chefiada por Jussielson era considerada modelo pela gestão do presidente da órgão, Marcelo Xavier. Na região, o órgão indigenista incentivava diretamente “parcerias” entre povos originários e grandes fazendeiros.

O esquema era disfarçado sob a forma de projeto. Em junho de 2021, matéria publicada no site oficial da Funai destacava um projeto de “promoção da segurança alimentar e etnodesenvolvimento dos Xavante”, que promovia a mecanização da lavoura dentro de uma terra indígena no município de Canarana, na área coordenada por Jussielson. “Esse é o caminho. O coordenador regional Jussielson Gonçalves e a prefeitura de Canarana estão de parabéns. Isso pode ser reproduzido em outras aldeias. Pode servir de modelo”, disse o presidente da Funai, em comunicação institucional.

Nota da PF diz ter identificado “extenso dano ambiental provocado por queimadas para formação de pastagem, desmatamento e implantação de estruturas voltadas à atividade agropecuária”.

Para reparar os danos causados somente por quatro dos 15 mil arrendamentos ilegais, calcula-se a quantia de R\$ 58 milhões. A Justiça Federal determinou que as 70 mil cabeças de gado levadas à terra indígena sejam retiradas no prazo de 45 dias, sob pena de prisão.

Em coletiva, o delegado da PF de Barra do Garças, Mário Sérgio Ribeiro de Oliveira, disse que a operação apura diversos crimes com o aval de lideranças indígenas locais, como queimadas para a formação de pasto, corrupção de agentes públicos da Funai, desmatamento para a construção de curral e cerca.

“A Justiça Federal de Barra do Garças determinou a prisão de três pessoas. Além dessas preventivas, durante o cumprimento dos mandados, uma pessoa foi presa em flagrante em razão de estar portando uma arma de fogo sem registro”, informou.

Os arrendatários irão responder criminalmente. A PF afirma que são pessoas com elevado poder aquisitivo.

## Com Bolsonaro, Brasil já ostenta gasolina de dois dígitos, critica Perpétua Almeida

A deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB-AC) denunciou os ataques à Petrobras e a política de preços realizada pelo governo Bolsonaro com os combustíveis, que tende a crescer cada vez mais. “É crime de lesa-pátria dismantlar a Petrobras e deixar o Brasil dependente das grandes petrolíferas”, diz em artigo publicado no portal Poder 360.

“Com a inflação do Índice de Preços no Consumidor (IPCA) batendo em 10,54%, o governo de Jair Bolsonaro (PL) já pode ostentar a marca histórica do preço da gasolina de 2 dígitos. Por enquanto, essa exorbitância é vista no interior do Acre, onde a única bomba de gasolina da isolada cidadezinha do Jordão ostenta o preço de R\$ 11,56”, critica Perpétua no artigo.

Ainda, Perpétua diz que falta transparência, da qual é o carro chefe da política de Bolsonaro para assolar o bolso do brasileiro,



Deputada criticou dismantlamente da Petrobrás

ro, cobrando preços absurdos e encarecendo tudo.

“É falta transparência. Não se divulga o preço médio do barril de petróleo produzido pela Petrobras, só não negam que é muito mais barato que o valor do mercado internacional. É um crime de lesa-pátria dismantlar a Petrobras e deixar o Brasil dependente das grandes petrolíferas transnacionais. Bolsonaro dissimula culpando governadores, o ICMS e até a própria Petrobras”.

“O litro da gasolina custava R\$ 3,63. Hoje custa R\$ 7,40. Lá no Jordão, no coração da floresta, o canoieiro abastece seu motor de popa com gasolina de R\$ 12. No interior do Acre, a mãe de família paga até R\$ 150 no botijão de gás. E não pense essa exorbitância está longe de você. Bolsonaro pode segurar os preços dos combustíveis até as eleições, mas com ele a gasolina de 2 dígitos virá mais cedo ou mais tarde. Só uma mudança em outubro evita isso”, concluiu.



Ministra dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro, Damares Alves - Foto: Marcos Correa/PR

## STF confirma proibição do uso do 'Disque 100' para ações antivacina de Damares Alves

Em votação no plenário virtual da Corte, encerrada no fim da noite de sexta-feira, 18, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) proibiram a iniciativa da ministra Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) de utilizar o Disque 100 para denúncias de pessoas contrárias à vacinação contra a Covid-19.

“Cabe ao governo federal, além de disponibilizar os imunizantes e incentivar a vacinação em massa, evitar a adoção de atos, sem embasamento técnico-científico ou destoantes do ordenamento jurídico nacional, que tenham o condão de desestimular a vacinação de adultos e crianças contra a covid-19”, disse Lewandowski.

O ministro também afirmou que a Corte já decidiu que a vacinação compulsória é constitucional e que autoridades podem adotar medidas para restringir o acesso de não vacinados a locais fechados, públicos ou de grande circulação.

Dez dos 11 ministros do STF votaram pela proibição do uso do Disque 100 por pessoas contrárias à vacinação contra a Covid.

O Disque 100 é o principal canal do governo federal para denúncias de violação dos direitos humanos. É por esse canal que chegam milhares de acusações de violência contra mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, pessoas que vivem nas ruas e população LGBT.

O ministério de Damares decidiu colocar o Disque 100 à disposição de pessoas antivacinas que se sentiam “discriminadas” por não portar o passaporte vacinal exigido por determinados estabelecimentos.

Recentemente, uma nota técnica da pasta com ataques à vacinação obrigatória de crianças e ao passaporte vacinal veio a público. No mesmo documento, o Disque 100 foi colocado como uma opção para denúncias por parte de antivacinas que alegassem “discriminação”. A reportagem foi publicada em 27 de janeiro.

Damares endossou a nota técnica e a repassou a dezenas de autoridades federais e estaduais. O canal atendeu um “número considerável” de antivacinas, como confirmou o ministério em uma reportagem publicada pela Folha, em 7 de fevereiro.

Após a revelação da iniciativa, partidos acionaram o STF para barrar o uso do Disque 100 por antivacinas, com o argumento de que a nota técnica oferecia um desestímulo à vacinação da população.

No dia 14 de fevereiro, o ministro Ricardo Lewandowski determinou que o Disque 100 deixe de ser usado para queixas contrárias à exigência de comprovante de vacinação.

O ministro levou a sua decisão ao plenário virtual do STF e outros nove ministros acompanharam a sua decisão. O único voto divergente foi de André Mendonça, último indicado à Corte pelo ministro Jair Bolsonaro (PL).

Com a decisão, as notas técnicas do governo federal deverão ser alteradas, constando que:

“a vacinação compulsória não significa vacinação forçada, por exigir sempre o consentimento do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes”;

“tais medidas, com as limitações expostas, podem ser implementadas tanto pela União como pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, respeitadas as respectivas esferas de competência.”

A ação analisada pelo STF foi ajuizada pela Rede Sustentabilidade. De acordo com o partido, as notas técnicas e a mudança no Disque 100 desestimulam a vacinação de crianças, violam decisões do STF envolvendo a covid e contrariam cientistas.

## Prof. Oswaldo de Barros, presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores:

# Conclat deve fechar pacto para derrotar Bolsonaro nas eleições



O professor Oswaldo também é presidente da CNTEEC e coordenador do FST

## Orlando Silva propõe transformar a Lei de Cotas em política permanente

Para impedir o fim das cotas, criadas para tentar diminuir as desigualdades do ensino superior do Brasil, Orlando Silva propôs o Projeto de Lei 433/2022 que torna a Lei de Cotas (12.711/2012) permanente.

A iniciativa acontece pois, em 2022, a lei completa dez anos e pela legislação vigente, a política de ação afirmativa deveria ser revista neste ano, podendo continuar ou ser finalizada.

O Projeto de Lei 433/2022 altera o artigo 7º da Lei 12.711/2012, que prevê a revisão das cotas em 10 anos para estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Para Orlando Silva, “não é razoável impor prazo para a luta pela igualdade”. “Além de serem um mecanismo comprovadamente eficaz, o instrumento das cotas visa combater os efeitos perversos de mais de 300 anos de escravidão no Brasil. Enquanto não houver a desejada equidade, as cotas devem continuar”, defendeu.

A Lei 12.711/2012 determina que 50% das vagas em universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia sejam destinadas a alunos que fizeram o ensino médio integralmente na rede pública. E desses 50%, metade das vagas tem que ser destinadas para estudantes cuja família tenha renda per capita inferior a 1,5 salário mínimo. Além disso, a lei ainda determi-

na a reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

Em artigo publicado no Consórcio de Acompanhamento das Ações Afirmativas 2022, os pesquisadores apontam que o momento é “caracterizado pelo acirramento do racismo e por inúmeros ataques ao Estado democrático de direito, às políticas públicas conquistadas nas últimas décadas e, especificamente, às universidades públicas”, o que aponta para “inúmeros riscos e inseguranças sobre o processo de revisão e mesmo sobre quem terá essa responsabilidade”.

“No atual contexto político brasileiro, em que o presidente declara desde sua campanha presidencial ser contra as políticas de ação afirmativa e o Ministério da Educação tem atuado sistematicamente através de medidas autoritárias contra as universidades federais, por meio de intervenções na gestão institucional e de cortes orçamentários, é muito importante que pesquisadores e organizações da sociedade civil que atuam pela promoção da equidade racial e social no ensino superior possam fazer uma análise crítica sobre a política de cotas, mostrando seus resultados e seus impactos na vida de milhares de estudantes pretos, pardos, indígenas, de pessoas com deficiência e demais estudantes de escolas públicas”, pontuam as pesquisadoras.

Ainda com limites e insuficiências, especialmente sobre a questão da permanência na universidade e

a necessidade de maiores investimentos neste setor, a política de cotas democratizou o acesso ao ensino superior no Brasil, mudou a cara das instituições, que hoje estão mais próximas de retratar a população brasileira como ela é.

Os números evidenciam isso. Em 2001, pretos e pardos eram apenas 30% das matrículas nas universidades e institutos federais. Hoje, são mais de 50% do corpo discente nas instituições.

Orlando Silva, propulsor do PL que torna as cotas permanentes, ressalta que é importante manter a política garantindo o acesso ao ensino superior de grupos historicamente segregados do conhecimento científico.

“Nada indica que as populações alvo desta legislação tão necessária quanto avançada, tenham de fato alcançado a tão almejada igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior público e de qualidade. Como fixar prazos para a revisão da Lei de Cotas se a desigualdade social é abismo que não para de crescer? Como fixar a revisão da Lei de Cotas se o racismo estrutural é praga que todos os dias mostra a sua face cruel contra o povo preto e pardo? A Lei de Cotas deve ser política pública de caráter permanente, porquanto não se iguala as oportunidades em dez, cinquenta ou cem anos, depois de quase quatrocentos anos de escravidão e de racismo que deitou raízes na elite da nossa sociedade”, justifica o parlamentar no texto do PL.

Para Oswaldo, “Conclat é oportunidade valiosa para unir os trabalhadores para derrotar esse governo e debater a retomada do desenvolvimento do país”

Prof. Oswaldo Augusto de Barros, presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, considera que a Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), que se realizará no dia 7 de abril, “é uma oportunidade valiosa para unirmos os trabalhadores ali representados para derrotarmos esse governo nas eleições de 2022. É uma oportunidade do movimento sindical discutir suas propostas, uma saída para crise interminável que o país está vivendo e para a retomada do desenvolvimento do país. Infelizmente não terá representantes dos trabalhadores em plataforma, que não têm direito algum, dos PJ’s, dos desempregados, dos que trabalham na informalidade. Será representativa de 40% dos trabalhadores”.

O presidente da Nova Central defende “que devemos, na Conclat, fechar um pacto e levarmos a proposta para os presidentes que estiverem dispostos a bancá-la junto com o movimento sindical”. Não com esse governo. Com ele, nossa missão é derrotá-lo, ressaltou o líder sindical.

Em entrevista para o HP, prof. Oswaldo afirmou que “é uma ignorância essa história que a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) é cópia da ‘Carta del Lavoro’ do fascismo alemão. Ela foi elaborada por brasileiros muito qualificados e não há nada melhor feito até hoje”. Para o presidente da Nova Central, “a CLT fortalece o poder de compra, de consumo do trabalhador. Fortalece a negociação coletiva justamente pelo fato de os direitos básicos estarem garantidos em lei”.

Prof. Oswaldo Barros está com a desafiadora missão de suceder a José Calixto Ramos, um dos mais destacados dirigentes do movimento sindical brasileiro, falecido em fevereiro de 2021. Ele é presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC) e coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST).

Oswaldo defende que a reforma trabalhista deve ser revogada. “Temer fez tudo às escondidas. Sem discutir com ninguém, inclusive porque a sua proposta era muito ruim para ser discutida”. “O governo disse que ia criar três milhões de empregos. Onde estão os empregos?”, indaga prof. Oswaldo. “Há quase dez anos que a economia está

parada. Com a reforma, depois com a pandemia, piorou. A reforma precarizou o trabalho, dificultou o acesso do trabalhador à Justiça Trabalhista. Na opinião do líder sindical, “a terceirização liberada indiscriminadamente é uma política de terra arrasada para os direitos dos trabalhadores”.

O empresário não vai investir na produção, no trabalhador ou na Educação, se depois não vai ter para quem vender”, afirmou. Para o dirigente sindical, o agronegócio, que é o motor desse modelo atual, é voltado para exportação, “mas é só ter um problema externo que paralisa tudo”.

Conforme o professor, “a CLT é de uma enorme pressão pela negociação coletiva, justamente pelo fato de os direitos básicos estarem garantidos em lei. Só se negocia para avançar, ampliar direitos. Para tanto, existem o Acordo Coletivo, a Convenção Coletiva, com poder de lei. Se durante a negociação não se chega a um acordo, tem o Dissídio Coletivo. A Justiça vai julgar. Na reforma trabalhista só se vai para dissídio se as partes concordarem. Então, com poder de veto do patrão, não tem negociação nenhuma”.

Dentro da CLT, a contribuição sindical de toda categoria é fundamental para dar o mínimo de condições de negociação aos sindicatos, em muito distantes das condições dos patrões. Na prática, a reforma extinguiu a contribuição quando estabeleceu que cada trabalhador individualmente deveria autorizar o desconto. De acordo com o prof. Oswaldo, “com a reforma trabalhista do Temer, a arrecadação das entidades sindicais caiu 95%”.

Segundo o presidente da Nova Central, “o governo fez uma campanha mentirosa, divulgando que as entidades sindicais arrecadavam milhões. Não fazia referência nem com o número de trabalhadores, nem com o número de sindicatos”, afirmou. “A contribuição é um dia de trabalho: 1 dividido por 365 = 0,0027 do que o trabalhador ganhou durante o ano”. Oswaldo denunciou que para a OAB e os Conselhos profissionais, o advogado, o médico, ou o engenheiro que não pagar a sua anuidade fica proibido de exercer a profissão. “São dois pesos e duas medidas. Não acabaram de uma vez com a contribuição sindical porque ela está prevista na CLT. Contou que a ‘Nova Central questionou ao STF porque um pode e outro não. Até hoje não nos respondeu”.

CARLOS PEREIRA

## SP assina acordo sobre Campo de Marte e extingue dívida de bilhões com a União

A Prefeitura de São Paulo assinou um acordo com a União que encerra a disputa judicial sobre a ocupação do Aeroporto do Campo de Marte, na Zona Norte da capital paulista, que durava desde 1958. Na quinta-feira (17), o prefeito Ricardo Nunes, em reunião com Bolsonaro, propôs que a cidade deixe de pagar aproximadamente R\$ 25 bilhões referentes a dívidas com o Governo Federal.

A área do Campo de Marte é objeto de disputa entre o Município de São Paulo e a União desde que a área municipal, então cedida para a Força Aérea paulista, passou a ser controlada pela União após a contra revolução de 1932. Em 1958, o Município ajuizou ação, para retomar a área e obter indenização pelo seu uso, processo este que tramita até hoje. Com o acordo, o processo será encerrado e, em troca do valor da indenização pelo uso da área durante todos estes anos, será abatido o valor da dívida do Município de São Paulo com a União, de cerca de R\$ 25 bilhões. Esse era um dos processos mais antigos do país.

Segundo a Prefeitura, o acordo determina também a propriedade da União sobre a área do aeroporto e outras

dependências administradas pela Aeronáutica, sendo devolvido ao Município de São Paulo a parte do imóvel que não está ocupada por instalações federais.

“A proposta foi bem recebida pela União, por meio da Advocacia Geral da União (AGU), e acabou com a assinatura do acordo. Temos que destacar o trabalho realizado tanto pela PGM [Procuradoria-Geral do Município] como a AGU e Câmara Municipal, com os vereadores aprovando em curto tempo o projeto que autoriza a permuta das dívidas. Com isso, São Paulo liquida a dívida com a União e poderá investir na cidade. Vamos transformar a vida das pessoas da capital”, disse Ricardo Nunes.

A Prefeitura repassava anualmente cerca de R\$ 3 bilhões para o pagamento da dívida com a União, mais de R\$ 250 milhões por mês. “Agora a gente resolve o caso do Campo de Marte que tem 64 anos, maior acordo do governo federal e da prefeitura de São Paulo feito até hoje. Isso representa recursos disponíveis na Prefeitura para a infraestrutura, fazer ações na saúde, na educação e no atendimento dos mais vulneráveis”, disse o prefeito.



## Regime de Kiev açula os seus milicianos a atacarem os jornalistas estrangeiros

“Ucrânia estimula hostilidade contra correspondentes”, registra matéria do portal UOL, assinada por André Liohn, desde Kiev, que confirma postagem de porta-voz orientando a atacar “pessoas com colete de PRESS”

O regime de Kiev vem açulando seus milicianos contra os jornalistas estrangeiros, segundo matéria do portal de notícias UOL, assinada desde Kiev pelo jornalista André Liohn.

A denúncia é fundamentada por uma postagem de um porta-voz das forças armadas ucranianas chamando a atacar “qualquer pessoa que estivesse em área controlada pelo Exército russo, mesmo que estivesse usando uma identificação de jornalista”.

“Caros defensores do nosso povo! Dirijome a você com um grande pedido. Se você vir uma pessoa vestindo um colete com a escrita PRESS, não são jornalistas reais porque não são credenciados em nosso Exército. Estes são apenas propagandistas perigosos. O título de jornalistas não se aplica a eles. Eles devem ser atacados”, orienta o assessor de imprensa das Forças Armadas Ucranianas em Kiev, Vladimir Fito, em suas mídias sociais.

Assim, em meio às notícias sobre jornalistas mortos ao fazerem a cobertura da operação militar russa em curso na Ucrânia – o que a mídia ocidental costumeiramente atribui “aos russos” –, a matéria apresenta outro enfoque de onde vem partindo o perigo para os correspondentes de guerra.

Explicitamente. “Devem ser atacados”: Ucrânia estimula hostilidade contra correspondentes” é o título da matéria.

### COLETES ‘PRESS’ VIRAM CHAMARIZ

Em uma semana, já são cinco os jornalistas mortos. Liohn observa, ainda, que os milicianos ucranianos que controlam inúmeras acessos à capital “carregam consigo uma desconfiança intrínseca contra nós, jornalistas”.

A manifestação do assessor de imprensa das forças armadas ucranianas – assinala a matéria – “vem exatamente depois da morte de três jornalistas estrangeiros em apenas uma semana em Kiev. No domingo (13), o fotógrafo e documentarista Brent Renaud foi morto em Irpin quando cruzou um check point com um motorista ucraniano tentando documentar a fuga de civis da cidade de Bucha. O fotógrafo colombiano-americano, Juan Arredondo, que também estava no carro, sobreviveu”.

E acrescenta: “Apenas dois dias depois, dois jornalistas que trabalhavam para a Fox News, o cinegrafista Pierre Zakrzewski [foto principal desta matéria] e a produtora Oleksandra Kuvshinova, foram mortos a poucos quilômetros de distância de onde Brent e Juan foram atacados”.

Em suma, “coletes com a escrita PRESS” viraram chamariz para ataques.

Como observa Liohn, “militares do Exército e policiais ucranianos, até agora, têm sido os mais previsíveis e seguros. Eles são profissionais, seguem ordens claras e específicas de seus comandantes e por isso, não perdem nem tempo nem energia com jornalistas que estão ali apenas para fazer o trabalho de produzir reportagens a respeito do que está acontecendo na Ucrânia”.

Um raciocínio muito ponderado e claro, que igualmente deveria ser aplicado aos militares russos, igualmente profissionais e com ordens claras de seus comandantes.

### DESCONFIANÇA INTRÍNSECA

Portanto, e também é essa a percepção manifestada pelo autor, é dos milicianos, mais despreparados e sem um comando claro, e que estão em inúmeros acessos à capital ucraniana, que parte o perigo maior para os jornalistas estrangeiros. Milicianos que “carregam consigo uma desconfiança intrínseca contra nós, jornalistas” e que “são os que mais oferecem risco para aqueles que precisam passar pelo território que controlam”.

Como retrata o autor, as milícias são “menos organizadas, sem comando claro, são motivadas muitas vezes pelo desejo de vingança contra a violência cometida pela força agressora russa. Homens, jovens e adultos, tirados de suas casas e trabalhos, separados contra vontade de suas famílias e pessoas amadas, de suas rotinas, forçados a deixarem de lado seus objetivos, a pegarem armas que muitas vezes não sabem ou gostariam de usar”.

Segundo o autor, essa percepção hostil de parte desses milicianos resultaria de que, para eles, “nossas reportagens, nossas fotos e nossos vídeos representam um risco em potencial contra suas vidas”. Eles temem que “involuntária ou deliberadamente estejamos compartilhando informações estratégicas que poderão ser usadas pelo Exército russo durante um ataque”.

Preocupação que Liohn considera “até certa medida” como “legítima”, mas adverte que o que deveria ser um cuidado está “se transformando numa paranoia que ameaça a segurança de jornalistas trabalhando na Ucrânia”.

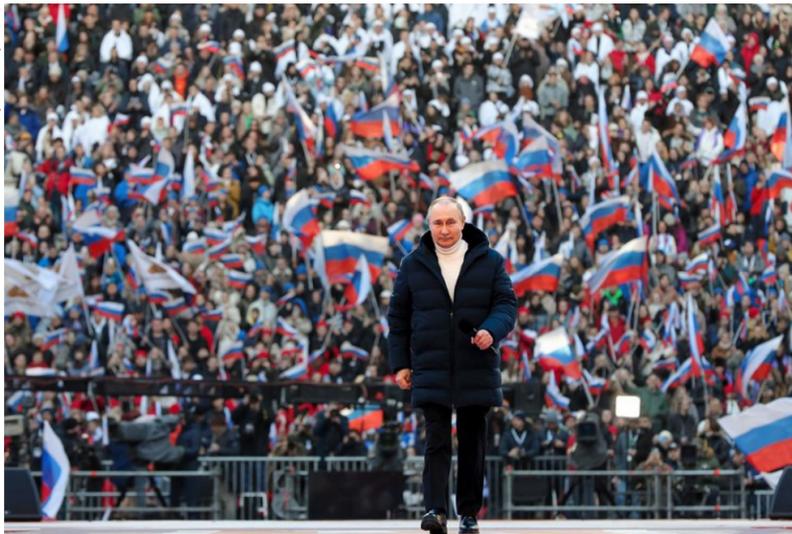
Para ele, outro fator em jogo é a expectativa – de parte dos milicianos – de que os jornalistas estrangeiros “devem se ‘sensibilizar’ e tomar partido dentro do conflito”.

### VOLKSTURMM PÓS-MODERNA

Nem todos compartilham essa mesma avaliação sobre essas milícias ucranianas recém formadas, que muitos consideram uma versão pós-moderna das “volksturm” [milícia popular] dos últimos dias do hitlerismo.

Notícias de Kiev dão conta de que o regime distribuiu 30.000 armas aos “mais dispostos” – o que em geral significa os de maior vínculo com ultranacionalistas ou neonazista de carterinha –, o que se traduziu em confrontos nas ruas de Kiev entre bandos rivais e até execuções de gente que estava no local errado, na hora errada e foi considerado um “amigo dos russos”.

# Putin para a multidão: “A Rússia está forte e unida”



Mais de 100 mil receberam o presidente russo no estádio Luzhnik

## Vídeo mostra Joe Biden se gabando de ter proposto à Otan o bombardeio de Belgrado

“Eu sugeri que pilotos norte-americanos bombardeassem e explodissem pontes sobre o Danúbio”, se vangloria o então senador norte-americano em vídeo de 1999.

Veio a público um vídeo de 1999, em que o então senador Joe Biden se gabava de ter sido o primeiro nos Estados Unidos a propor o bombardeio de Belgrado e a destruição da infraestrutura da cidade. “Eu sugeri o bombardeio de Belgrado. Sugeri que os pilotos americanos fossem lá e destruíssem todas as pontes do Danúbio”, disse Biden na época.

Trazido à tona por uma postagem do chefe da Roscosmos, a agência espacial russa, Dmitry Rogozin, o vídeo expõe o papel de Biden nos 78 dias de crimes de guerra dos EUA contra a Iugoslávia, que causaram milhares de mortos, inclusive 89 crianças.

Foi Biden que nesta semana, atendendo a um jornalista, chamou o presidente russo Vladimir Putin de “criminoso de guerra”. Mais uma vez, Biden falando de si próprio aos jornalistas.

O vídeo de Biden confessando que tinha as mãos sujas de sangue dos civis iugoslavos também está tendo enorme repercussão nas mídias sociais da China, cuja embaixada em Belgrado foi destruída em maio daquele ano em um ataque aéreo norte-americano. Aliás, também isso um crime de guerra.

Em outro vídeo, é ele quem diz em um discurso inflamado: “You continue com todas as fibras do meu ser a manter a América envolvida com tropas que podem atirar e matar”. E acrescenta acreditar que “é absolutamente essencial que as tropas americanas



Biden assumiu envolvimento direto no bombardeio

estejam no terreno com rifles carregados e baionetas desembainhadas.”

### CRIMES DE GUERRA

Os ataques aéreos contra a Iugoslávia, que não pouparam trens de passageiros nem asilos de idosos, duraram de 24 de março de 1999 a 10 de junho de 1999. As bombas continuaram caindo mesmo na Páscoa da Sérvia – chamada Pascha – que é o dia mais sagrado do ano cristão ortodoxo.

A embaixada chinesa foi atacada no dia 7 de maio, por bombas guiadas por satélite, disparadas por bombardeiro B-2. Três jornalistas chineses – Shao Yunhuan da Xinhua, e Xu Xinghu e sua esposa Zhu Ying do Guangming Daily – foram mortos no ataque. Vinte outros cidadãos chineses ficaram feridos, cinco gravemente.

Na quinta-feira, o Ministério das Relações Exteriores da China disse em um comunicado que “nunca esqueceremos quem bombardeou nossa embaixada na Iugoslávia”, acrescentando que “não precisamos de lições sobre justiça do violador do direito internacional”.

Na próxima quinta-feira,

se completarão 23 anos do início do ataque da Otan/EUA à Iugoslávia. O bombardeio de Belgrado foi uma espécie de compensação, de parte do então presidente Bill Clinton, para chegar à paz com os republicanos, depois dos dias de tormento do escândalo Mônica Lewinsky e do fracasso da tentativa de impeachment.

A bem da verdade, como o principal democrata na comitê de Relações Exteriores, Biden está umbilicalmente ligado a três décadas de barbárie unipolar, como sofrido por iugoslavos, iraquianos, afegãos, somalis, líbios, sírios e muitos outros.

Como vice de Obama, foi um dos artífices do golpe CIA-nazis em Kiev em 2014, se locupletou arrumando um cargo de diretor de uma empresa de gás para o filho Hunter, e cuidando pessoalmente, como confessa em outro vídeo, dos acertos com os oligarcas ladrões. A investida contra o Donbass, que ajudou a patrocinar e na qual os neonazis tiveram o papel de tropa de assalto, aliás, treinados pela CIA, causou 14 mil mortos.

## Trabalhadores italianos se recusam a embarcar armamentos para a Ucrânia

Trabalhadores da cidade de Pisa encontraram caixas com armas para a Ucrânia marcadas como “ajuda humanitária”. Se negaram a embarcá-las e denunciaram a fraude

Dirigentes da Unione Sindacale di Base (USB) – organizaram manifestações em Roma e Pisa contra o que denunciaram como “Guerra da Otan” e contra o envio de armas para a Ucrânia por parte da Itália.

Uma semana atrás, a filial do sindicato em Pisa informou que os funcionários no terminal de carga do aeroporto encontraram caixas de armas e munições com destino à Ucrânia e marcadas como ajuda humanitária. Os funcionários se recusaram a carregar armas na aeronave.

De acordo com uma declaração da USB, armas letais são fornecidas à Ucrânia sob disfarce de ajuda humanitária.

“Em primeiro lugar, protestamos contra o envio de materiais militares, contra a



“Itália fora da guerra” e “Itália fora da Otan”, na faixa

participação da Itália na guerra na Ucrânia. Em segundo lugar, opomo-nos ao envolvimento de funcionários civis no carregamento de armas. Não acho que as autoridades desconheçam o que o tráfego de aeronaves civis está sendo usado para transportar material militar”, afirmou à Sputnik um porta-voz da USB.

Os participantes da manifestação em Pisa seguravam faixas e gritavam palavras de ordem como “Pontes de paz, não de guerra da Toscana”, “Itália, saia da Otan e da guerra” e “Não à guerra, não à Otan”.

### ATOS EM ROMA E PISA

Em Roma, o protesto foi realizado perto de um aeródromo militar. A manifestação foi dirigida não só contra a participação da Itália no conflito ucraniano, mas também contra a presença de bases militares dentro da capital.

“Nós defendemos a neutralidade total na Europa, Itália e Ucrânia. Gastos com armas tiram fundos que poderiam ser gastos em aumento de salários”, disse uma manifestante.

Para uma rápida visão do ato: [https://t.me/rian\\_ru/154525?single](https://t.me/rian_ru/154525?single)

“Salvar as pessoas desse sofrimento, desse genocídio, esta é a principal motivação e objetivo da operação militar que lançamos no Donbass”, afirmou o presidente Vladimir Putin

“Não via uma unidade como esta há anos”, disse o presidente Vladimir Putin, diante de 100 mil pessoas que lotaram o estádio Luzhnik na sexta-feira (18). O encontro celebrou os oito anos de realização do referendo na Crimeia que aprovou a reunificação com a Rússia e evitou que a lendária Sebastopol caísse em mãos da Otan e dos neonazistas.

A comemoração, repleta de bandeiras russas, incluiu apresentação de artistas e pronunciamentos políticos. Como salientou o presidente da República da Crimeia, Sergei Aksyonov, “estamos em casa, e todo o resto se seguirá”.

“A Rússia nunca esteve tão forte como agora”, disse o presidente russo, muito aplaudido, em sua saudação de seis minutos na qual homenageou os soldados russos que lutam nas terras vizinhas para dar fim à opressão do Donbass pelo regime de Kiev e para barrar, de uma vez por todas, a transformação da Ucrânia em um trampolim da Otan contra a Rússia.

“Nós, o povo multinacional da Federação Russa, unidos por um destino comum em nossa terra, essas são as primeiras linhas da Lei Básica do país, a Constituição. E cada palavra está repleta de um significado profundo, é de grande importância”, afirmou Putin.

“Em nossa terra, unidos por um destino comum”, as pessoas provavelmente pensaram e foram guiadas por isso quando foram ao referendo na Crimeia e Sebastopol em 18 de março de 2014. Eles viviam e vivem em sua própria terra e querem viver um destino comum com sua pátria histórica – com a Rússia. Eles tinham todo o direito de fazê-lo e alcançaram seu objetivo. Em primeiro lugar, vamos parabenizá-los pelo feriado, este é o seu feriado. Parabéns!”.

“Os crimeanos e Sebastopol fizeram a coisa certa quando colocaram uma barreira dura no caminho dos neonazistas e ultranacionalistas. Porque o que aconteceu em outros territórios e ainda está acontecendo

é a melhor confirmação disso”, disse Putin.

O presidente lembrou os acontecimentos de 2014, quando moradores do Donbass não concordaram com o golpe de estado. “Operações militares punitivas foram imediatamente organizadas contra eles, e não apenas uma, eles foram imediatamente mergulhados em um bloqueio, submetidos a bombardeios sistemáticos de canhões, ataques aéreos – isso que é chamado de genocídio”, disse.

“Salvar as pessoas desse sofrimento, desse genocídio – esse é o principal motivo e objetivo da operação militar que lançamos no Donbass e na Ucrânia”.

Sobre as negociações em curso com Kiev, Putin disse esperar que seja alcançado um acordo com Kiev sobre o reconhecimento da Crimeia como parte da Rússia.

Putin afirmou ainda que, nos últimos oito anos, a Rússia fez muito para desenvolver a Crimeia e Sebastopol. Problemas como o abastecimento de gás às povoações, a recuperação da rede rodoviária, a construção de novas autoestradas e pontes. “Era necessário tirar a Crimeia dessa posição humilhante, daquele estado humilhante em que a Crimeia e Sebastopol estavam imersos quando faziam parte de outro Estado que financiava esses territórios de acordo com o chamado princípio residual”, observou Vladimir Putin.

Segundo o jornal russo Izvestia, com a reunificação, o orçamento da Crimeia, em dólares, aumentou mais de 3,1 vezes. A infusão de investimentos na região permitiu quadruplicar o produto interno bruto da Crimeia em 2020 em relação a 2011.

“Além disso, é significativo que, antes da reunificação com a Rússia, a Crimeia fosse uma das regiões mais pobres da Ucrânia”, assinalou Galina Sorokin, professora do Departamento de Economia Mundial e Internacional Relações Econômicas da Universidade Estadual de Administração.

## Lavrov: as ilusões da Rússia com neoliberalismo acabaram

“Os EUA querem forçar a manutenção de um ‘mundo unipolar’. No entanto, há atores que nunca aceitarão a existência de uma aldeia global liderada por um xerife americano”, ressaltou o chanceler russo

A Rússia “perdeu todas as ilusões” no neoliberalismo do Ocidente e “nunca aceitará” uma visão do mundo dominada pelos Estados Unidos, que quer agir como um “xerife global”, declarou o ministro russo de Relações Exteriores, Sergei Lavrov, em entrevista à agência RT, na sexta-feira (18).

Lavrov denunciou que através de medidas restritivas os EUA querem forçar a manutenção de um “mundo unipolar”. Ele destacou que as sanções impostas a Moscou têm um papel estratégico no quadro dessa política do Ocidente que visa “marginalizar e conter a Rússia”, bem como “reduzir a zero o seu papel” em diferentes áreas de cooperação. “Mas quero sublinhar que as sanções sempre nos tornaram mais fortes”, acrescentou. O novo pacote de sanções adotado após o início da operação militar russa na Ucrânia representa uma “medida sem precedentes” mas, neste contexto, a Rússia já começou a corrigir sua política econômica para adaptá-la à mudança da situação.

“Depois de 2014, ganhamos experiência que nos permitiu contar com nós mesmos”, disse Lavrov, avaliando que a lição mais importante daquele período histórico é que “a confiança nos parceiros ocidentais foi completamente destruída”.

O ministro ressaltou que “os Estados Unidos procuram criar uma aldeia global” mas, se esta conseguir existir, “não será uma aldeia global, mas sim norte-americana”. Ao mesmo tempo, constatou que esse fato demonstra mais uma vez a interdependência da Otan e Washington e a subserviência da União Europeia a esta. No

entanto, ele especificou que “há atores que nunca aceitarão a existência de uma aldeia global liderada por um xerife americano”, a exemplo da China, Índia, Brasil ou México.

### OPERAÇÃO

O ministro russo ressaltou que o Ocidente busca semear a divisão entre a Rússia e a Ucrânia, países com uma cultura comum. “Nossos parceiros ocidentais tentaram fazer da Ucrânia uma anti-Rússia por meio de diferentes ferramentas”, disse Lavrov. “Mas espero que a proximidade histórica de dois povos irmãos triunfe”, concluiu.

Lavrov assinalou que o presidente ucraniano, Vladimir Zelensky, percebe que Joe Biden compreende os riscos de criar uma zona de exclusão aérea na Ucrânia, mas espera receber o apoio de políticos “menos responsáveis”. “Deixamos claro que qualquer carregamento que entrar no território da Ucrânia que, segundo acreditemos, transporte armas, se tornará um alvo legítimo”, reafirmou o ministro, explicando que a operação russa visa “erradicar qualquer ameaça vinda do território da Ucrânia”.

O dirigente russo foi taxativo na afirmação de que a desnazificação – um dos principais objetivos da operação – implica não só a erradicação de todas as leis que apoiam o nazismo, mas também a eliminação de qualquer legislação que discrimine a população de língua russa da Ucrânia.

“Como sempre, estamos abertos a colaborar com todos aqueles que se dispuserem a fazê-lo com base na igualdade, no respeito mútuo, na procura de um equilíbrio de interesses”, disse. “Nós não fechamos a porta ao Ocidente, são eles que o fazem.”

Leia matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

# Zelensky bane 11 partidos e mantém livres os nazis Svoboda e Setor Direita



Pequim: "Nunca esqueceremos quem bombardeou nossa embaixada na Iugoslávia"

## "Não precisamos de lições de violadores do direito internacional", afirma China

"Nunca esqueceremos quem bombardeou nossa embaixada na Iugoslávia. A China não precisa de lições de justiça vindas de violadores do direito internacional", disse a missão chinesa na ONU em comunicado, após cínica declaração do secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, 'exigindo' de Pequim que condenasse a operação russa em curso de desnazificação e desmilitarização da Ucrânia. A nota assinala ainda que o povo chinês "compartilha a dor e o sofrimento de outros países".

A Otan bombardeou a Embaixada da China em Belgrado, no dia 7 de maio de 1999, causando a morte de três funcionários e deixando dezenas de feridos, durante sua campanha aérea de 78 dias contra a Iugoslávia, voltada para finalizar o desmembramento do país.

### IMPUNIDADE DA OTAN

A China relembrou a impunidade da Otan, que nunca foi responsabilizada pelo ataque, e denunciou que a Otan segue se expandindo, postura que chamou de "vestígio da Guerra Fria".

Washington 'explicou' na época o crime de guerra, o bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado, atribuindo-o a um "mapa desatualizado".

No próximo dia 24, completam-se 23 anos do início da agressão, cometida sob o pretexto de ser uma "intervenção humanitária" e à revelia da ONU.

De trens lotados de gente a asilos de idosos, nada foi poupado na campanha aérea humanitária da Otan. Os ataques mataram milhares de civis e feriram muitos mais. 14.000 bombas e 2.300 mísseis foram disparados contra o país. O ataque da Otan instaurou um novo 'país', Kosovo, e criou lá a maior base dos EUA no exterior.

Na segunda-feira (14), o embaixador da China na ONU, Zhang Jun, considerou a Otan uma reminiscência da Guerra Fria.

"A mentalidade de Guerra Fria, baseada no confronto entre blocos, deve ser completamente rejeitada. [...] Este mundo não precisa de uma nova Guerra Fria. Este mundo pode viver com crescimento e progresso comuns", afirmou Zhang ao Conselho de Segurança da ONU.

Por sua vez o porta-voz da chancelaria chinesa, Zhao Lijian, enfatizou que a posição de Pequim sobre a questão na Ucrânia é de que a comunidade internacional se concentre em "promover a paz e as negociações" e "prevenir uma crise humanitária em grande escala".

"Países que acreditam que venceram a Guerra Fria para dominar o mundo, países que negligenciam a preocupação dos outros e pressionam por cinco rodadas de expansão da Otan e países que travaram guerras ao redor do mundo, mas culpam os outros, devem se sentir realmente desconfortáveis" com a coerência da China, disse Zhao na quinta-feira.

## Ex-chanceler do Canadá condena "russofobia" e apoia a "neutralidade ucraniana"

O ex-ministro das Relações Exteriores e líder do Partido Popular do Canadá (PPC), Maxime Bernier, propôs que o primeiro-ministro Justin Trudeau pressione os aliados de Ottawa na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) a apoiarem uma posição de "neutralidade ucraniana".

Bernier defendeu a necessidade de chegar a um "compromisso" com Moscou. A manifestação dele ocorre logo após a Rússia ter respondido à crescente russofobia – com epicentro em Washington – e enxurrada de sanções contra Moscou com embargos contra o dirigente canadense e o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden.

Em relação ao conflito em andamento na Ucrânia, o Kremlin advoga que o país seja "desnazificado e desmilitarizado" e comunica que encerraria suas operações assim que o governo Zelenski consagrar o status neutro para o país na Constituição e também reconhecer a condição das repúblicas do Donbass de entidades políticas autônomas.

"Devemos parar de escalar e, em vez disso, pressionar nossos parceiros da Otan e a Ucrânia para encontrar um compromisso com a Rússia com base na neutralidade ucraniana, como deveria ter sido feito em primeiro lugar para evitar esta guerra", declarou Bernier na terça-feira.

O líder oposicionista canadense calculou que as sanções econômicas impostas pelo governo Trudeau contra a Rússia só levariam ao agravamento do conflito, que ele disse que poderia resultar em "mais mortes e destruição" todos os dias.

O Canadá, em sintonia com seus aliados da Otan, sancionou cerca de 500 indivíduos russos, bielorrussos e até opositores ucranianos desde o mês passado.

Durante uma recente viagem a vários países europeus, Trudeau também anunciou a renovação da 'Operação Reassurance', uma missão da Otan com o destacamento militar internacional de Ottawa, envolvendo cerca de 500 soldados canadenses.

Leia mais no site do HP



Parlamento da Ucrânia sob cerco policial. Canais de TV são agora todos do governo

## Torcida abre faixas no estádio de Belgrado listando crimes de guerra de Washington

A torcida do Estrela Vermelha, clube de futebol da Sérvia, realizou uma vibrante manifestação nesta quinta-feira (17) durante a partida com o Rangers, da Escócia, contra a intervenção dos Estados Unidos e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) na Ucrânia e em favor da paz.

Na disputa pelas oitavas de final da Liga Europeia, no seu Marakana, os torcedores sérvios recordaram "Vietnã

1961", "Irã 1991" e "Síria 2011", como alguns dos povos da longa lista de países vítimas de agressões, intervenções ou golpes dos EUA e da Otan ao longo da história. Escritas em inglês com letras gigantes em vermelho, as palavras ganharam a internet e o planeta.

A sua amada Iugoslávia, que caiu após um gigantesco e ininterrupto bombardeio, com poste-

rior intervenção militar responsável pela fragmentação territorial, em 1999, e o Brasil, pelo golpe de 1964, foram igualmente citados e viralizaram.

No final do protesto, os torcedores cantaram "Give Peace a Chance", de John Lennon e ergueram sua mensagem: "Tudo o que estamos dizendo é que deem uma chance à paz".



Lista de países que sofreram intervenção dos EUA em faixas no estádio de Belgrado

## Simpósio espacial nos Estados Unidos apaga nome de Gagarin, primeiro homem no espaço, por ser russo

Após o 'cancelamento' do escritor Dostoiévski e do compositor Tchaikovsky, o frenesi antirrusso nos países imperialistas centrais atingiu agora o cosmonauta soviético Yuri Gagarin, o primeiro ser humano a ir ao espaço, informou o portal Futurism, sobre a decisão de uma conferência da indústria espacial norte-americana de apagar o nome dele do evento.

Tradicionalmente chamado de "Yuri's Night" [Noite do Yuri], o evento de arrecadação de fundos realizado pela Space Foundation, uma organização norte-americana sem fins lucrativos fundada em 1983, teve o nome mudado para "A Celebration of Space: Discover What's Next" [Uma Celebração do Espaço: Descubra o que Vem

a Seguir].

O que foi explicado, em nota, "à luz dos eventos mundiais atuais" (isto é, o conflito Rússia-Ucrânia).

Em suma, o nome de Gagarin foi censurado por "ser russo" em um simpósio espacial. "O foco deste evento de arrecadação de fundos permanece o mesmo – celebrar as conquistas humanas no espaço enquanto inspira a próxima geração a alcançar as estrelas", explicou a fundação em um comunicado, que em seguida foi excluído.

O Simpósio Espacial acontece toda primavera em Colorado Springs (EUA). Este ano o evento, que inclui diversos seminários, palestras, fóruns, leilões e outras atividades, irá

acontecer de 4 a 7 de abril.

Eventos 'Noite do Yuri' acontecem todos os anos em centenas de locais em todo o mundo. Ainda não se sabe quantos desses eventos ocorrerão este ano e se algum outro também mudará de nome.

A decisão chocou não apenas pessoas da indústria espacial, mas também usuários comuns, que chamaram a ação de "realmente burra", registrou o portal Sputnik.

A conta NASA Watch no Twitter chamou a censura de "má ideia", com usuários comentando que é "uma pena que os preconceitos raciais e étnicos da @SpaceFoundation a levem a negar a história".

"Literalmente, todo o objetivo da Noite do Yuri é celebrar conquistas no espaço entre culturas e nações. Além disso, a Rússia não é a URSS???", escreveu outro usuário.

A controvérsia sobre o "cancelamento" de Yuri Gagarin também eclodiu em Mondorf-les-Bains, em Luxemburgo, onde um monumento a ele foi coberto com pano.

O prefeito alegou que foi procurado por um grupo de pessoas que exigia a retirada do busto e a medida foi para "acabar com as discussões e proteger o busto de possíveis vandalismos". Para ele, "a invasão não pode ser apoiada, mas Yuri Gagarin certamente não é culpado por isso, nem a arte russa".



"A Terra é azul", disse Gagarin, o 1º a ver o planeta do espaço

Além de banir os partidos de oposição e reforçar os de orientação nazista, Zelensky suspendeu três redes de televisão e unificou as demais em uma única plataforma de transmissão sob comando do governo

O "democrata" presidente ucraniano, Zelensky, anunciou, neste domingo (20), o banimento de 11 partidos de oposição.

A medida autoritária atinge inclusive o principal partido de oposição, o denominado Plataforma de Oposição Pela Vida, com uma bancada de 39 deputados dos 450 que compõem o parlamento.

Para justificar a arbitrariedade, Zelensky disse que haveria "ligações de algumas estruturas políticas" com a Rússia e que qualquer atividade destes partidos está suspensa.

Vale ressaltar que o Partido Comunista da Ucrânia já foi colocado antes na ilegalidade.

A medida mantém intocáveis os partidos de orientação nazista, Svoboda e Setor Direita. Além da medida de cunho fascista, Zelensky disse ainda que a medida se daria em paralelo com a Lei Marcial (sob a qual já havia colocado o país) e até a vigência desta suspensão de direitos constitucionais.

Zelensky acrescentou que o Ministério da Justiça foi "instruído a tomar imediatamente medidas abrangentes para proibir as atividades desses partidos políticos."

"Qualquer atividade de políticos" [que não se submeta à orientação pró-Otan do governo] "não terá sucesso mas, ao contrário, será enfrentada com dura resposta", ameaçou, usando como pretexto de

que todo opositor a seu desastroso governo seria pró-Rússia.

Além do partido Plataforma pela Vida, os demais 10 são: Partido da Sharia; Nosso; Oposição de Esquerda; União das Forças de Esquerda; Partido do Estado; Partido Socialista -Progressista Ucraniano; Partido Socialista da Ucrânia; Socialistas e Bloco Vladimir Saldo.

O Plataforma, principal partido opositor, declarou a medida ilegal e prometeu desafiá-la.

"Ao invés do diálogo político e de tentativas de buscar compromissos e caminhos para unir o país, as autoridades se baseiam em razias, intimidação, repressão e retaliações contra seus oponentes", declarou o comunicado do segundo maior partido ucraniano que instou seus ativistas e parlamentares a se manterem em atuação.

Além desta medida e da Lei Marcial, Zelensky suspendeu três redes de televisão que, segundo ele, espalhavam "propaganda" financiada pelo Kremlin e unificou todas as demais em uma única plataforma de transmissão sob comando de seu governo.

Outra determinação divulgada neste domingo pelo presidente ucraniano é a unificação de todos os canais de televisão em uma única "plataforma de comunicação estratégica" para fazer com que as emissoras fiquem ativas 24 horas por dia.

## Nazistas do exército ucraniano torturam civis no meio da rua

Vídeos e fotos mostram militares ucranianos amarrando em postes e torturando civis de seu próprio país sob as mais diversas acusações.

Dezenas de vídeos com diferentes vítimas, homens e mulheres, circulam nas redes sociais. Como pretexto para essa onda de terror, os torturadores prenderam nas vítimas placas dizendo "saqueador", em outros é dito que a pessoa era espí ou tinha simpatia pela Rússia. Além do descalabrado dessas agressões, tais alegações são pretextos para humilhar e torturar em público os cidadãos que se opõem ao regime sem lei, onde prevalece o mando nazista.

Ao contrário, como demonstra o banimento de 11 partidos opositores e a prisão de jovens antifascistas, o alvo central dos neonazis em ação na Ucrânia são os comunistas e socialistas e sindicalistas. Antes dessa leva de 11 partidos postos na ilegalidade, o Partido Comunista da Ucrânia já fora proscrito.

Depois de terem suas calças abaixadas pelos militares ucranianos, os civis foram amarrados nos postes com filme plástico e fita adesiva.

Os vídeos que foram publicados nas redes sociais, muitas vezes com mensa-

gens de orgulho, por parte de integrantes do exército ucraniano, mostram que as pessoas também eram espancadas enquanto estavam imobilizadas.

Pelo menos duas filmagens mostram as vítimas, já presas aos postes e incapazes de se defender, recebendo chicotadas e pontapés.

Os torturadores usam roupas militares e têm preso ao braço uma faixa amarela, que os identifica como ucranianos.

No dia 14 de março, um correspondente da Band na reportagem "Guerra na Ucrânia" filmou três pessoas sendo amarradas em postes por estarem sendo acusadas de roubo. Quando se aproximou para falar com uma das vítimas, ela falou que estava apenas dirigindo seu carro.

A cena, filmada na cidade de Irpin, na região de Kiev, foi transmitida no programa Bora Brasil.

Um membro da primeira delegação da Ucrânia para negociar a paz com a Rússia, Denis Kireev, foi morto sob condições ainda não esclarecidas. A imprensa ucraniana afirmou que ele foi assassinado pelo serviço secreto do país, mas a informação mais tarde foi negada pelo governo.



Ucraniano é amarrado em via pública por militares nazis

# A propósito da Plataforma Emergencial de Reconstrução Nacional: Democracia, Soberania, Desenvolvimento e Trabalho

O texto abaixo foi escrito pelo professor Nilson Araújo de Souza como uma apresentação à Plataforma Emergencial de Reconstrução Nacional, aprovada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e já publicada por nós (v. HP 15/02/2022, **PCdoB lança Plataforma Emergencial de Reconstrução Nacional**). Nilson foi, justamente, o relator da Plataforma. Pela importância deste documento e pela clareza da síntese elaborada nesta apresentação, a oferecemos para conhecimento dos nossos leitores

NILSON ARAÚJO DE SOUZA

**O** Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), reunido nos dias 11 e 12 de fevereiro, aprovou as “Diretrizes para uma plataforma emergencial de reconstrução nacional: Democracia, Soberania, Desenvolvimento e Trabalho”. O objetivo desse documento é subsidiar a luta do Partido para reverter o desmonte da Nação que vem sendo promovido pelo governo Bolsonaro e apontar o caminho e indicar as medidas para a reconstrução nacional, devendo contribuir com o programa mínimo da Federação das Forças Populares e com o programa de governo da Federação.

O desmonte bolsonarista foi anunciado previamente: menos de três meses depois de assumir o governo, Bolsonaro, durante uma reunião com grupos ultradireitistas, ocorrida não por acaso nos EUA, declarou: “o Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa”.

A Plataforma condensa um amplo debate e um longo e profundo trabalho coletivo iniciado no começo de 2021. Começou com um seminário promovido pela Cátedra Cláudio Campos/Fundação Maurício Grabois (“O nacional-desenvolvimentismo e o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento”), realizado entre março e julho do ano passado. Contou com a participação de mais de 50 conferencistas das mais diversas especialidades, de dentro e de fora do Partido.

Após esse período, o CC do PCdoB constituiu uma comissão que foi incumbida de construir uma proposta de Plataforma para enfrentar a crise brasileira e contribuir para tirar o País do atoleiro. A Comissão partiu das contribuições do seminário e teve como referência o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (“o fortalecimento da Nação é o caminho”), aprovado em 2009 pelo Partido, incorporando também as contribuições do Programa de Governo que havia sido elaborado pelo Partido Pátria Livre, que se integrou ao PCdoB em 2019.

O texto inicial foi amplamente debatido no processo de Congresso realizado pelo Partido durante o segundo semestre de 2021 e recebeu importantes contribuições dos membros do Partido em suas várias esferas, quer através de tribunas, quer através de emendas individuais e coletivas ou durante os debates realizados. Incorporadas essas contribuições, o Congresso deliberou prosseguir o debate e encaminhou sua aprovação final para o CC então eleito, o que ocorreu em fevereiro.

O documento parte da constatação de que o País atravessa uma crise estrutural de longa duração, que se agravou não apenas pelo impacto da Pandemia da Covid-19, mas, sobretudo, pelo desmonte que vem sendo realizado pelo governo



Bolsonaro. E, para enfrentar uma crise estrutural, destaca a Plataforma, só com medidas profundas. Conforme consta do documento, “o eixo estruturante da Plataforma Emergencial de Reconstrução Nacional é o desenvolvimento soberano, tendo o Estado, e consequentemente o investimento público, como alavanca do desenvolvimento, além da prioridade ao mercado interno, com a valorização do trabalho como seu impulsionador”.

Nessa concepção, a valorização do trabalho deve ser resgatada como o centro do desenvolvimento. Para tanto, o documento propõe um conjunto de medidas visando à valorização do trabalho, a começar com: “b) aumento real crescente do salário mínimo, buscando dobrar o seu valor real; c) garantia de salário igual para trabalho igual; d) redução da jornada de trabalho (nos principais países da Europa, a jornada semanal varia de 36 a 38 horas); f) revogação da reforma trabalhista iniciada por Temer e continuada por Bolsonaro”. Além de fomentar a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, medidas como essas fortalecem o mercado interno e, portanto, favorecem a reconstrução nacional e o desenvolvimento.

A valorização do trabalho, na avaliação da Plataforma, exige também a geração de emprego decente e de qualidade. A meta é gerar 20 milhões de empregos. Para tanto, além de reduzir a jornada de trabalho, é fundamental promover o desenvolvimento das forças produtivas, o que demanda, em primeiro lugar, “barrar o desmonte do Estado e recuperar seu papel na economia”. Nesse quadro de Pandemia, até os governos dos principais países, que sempre apregoaram o afastamento do Estado da economia para abrir espaço para o “mercado”, estão recorrendo ao Estado. Reforça o documento: “Para o Estado cumprir o papel de promotor do desenvolvimento sócio econômico do País, são necessários o resgate e a valorização da sua dimensão pública e estratégica, fortalecendo sua presença em setores fundamentais e estruturantes da economia nacional, devendo contar com uma rede de empresas estatais, destacando-se a participação no setor de energia e infraestrutura”.

Destaca-se entre essas empresas, o papel da Petrobras. Diz o documento: “É impossível pensar no desenvolvimento nacional sem definir o papel e a ação da Petrobras. O abastecimento nacional de combustíveis é uma questão de segurança nacional. Prin-



cipal empresa do setor de petróleo do Brasil e uma das mais destacadas petroleiras do mundo, é preciso que o governo atue, inclusive como acionista, no sentido de fortalecer o compromisso social e econômico da companhia com o desenvolvimento nacional, devendo para isso remontar a empresa mediante a recuperação de setores que já foram alienados, entre eles a distribuição e parte do refino”.

E num país que, engessado pela valorização da moeda e pela “abertura comercial”, teve sua indústria devastada pela concorrência predatória de capitais e produtos estrangeiros e sua infraestrutura sucateada, não resta outro caminho para a reconstrução e a geração de empregos senão a reindustrialização e o lançamento de obras de infraestrutura de qualidade. A reindustrialização exige um marco institucional favorável. Para que o Estado acione seus mecanismos (protecionismo, financiamento, compras governamentais) para fortalecer as empresas genuinamente nacionais, é preciso retomar o que definiu a Constituição de 1988: distinguir empresa nacional de empresa estrangeira. Além disso, deve-se “construir a escada tecnológica”, com forte apoio do Estado, para reconstruir a indústria com tecnologia “no estado da arte”. Aproveitando-se do mundo em transição, que está promovendo a ascensão da China, o Brasil pode e deve fazer parcerias estratégicas com a China na área de infraestrutura, como programas metroviários e ferroviários, além, obviamente, de retomar as obras paradas.

Segundo a Plataforma, recursos para financiar a reconstrução nacional e o desenvolvimento existem (emissão monetária, desoneração fiscal descabida, fuga dos mais ricos ao pagamento de imposto, pagamento de gigantescas somas de juros pela dívida pública, renda do pré-sal...), mas, para aplicá-los produtivamente no aumento da capacidade produtiva, temos que nos desvencilhar dos obstáculos que estão no caminho, a começar por desarmar o tripé macroeconômico, que é ancorado nos juros altos e no câmbio valorizado. Ao mesmo tempo, revogar a emenda do teto de gastos que congela os gastos públicos, derrubando fortemente os investimentos públicos. O Banco Central deve deixar de submeter-se aos interesses dos banqueiros para seguir a orientação do governo.

A Plataforma propõe tam-

bém enfrentar a carestia, que penaliza mais aos mais pobres. Parte da constatação de que a inflação atual não resulta de pressão da demanda, como alardeia o governo, mas do choque de oferta. Pressão da demanda vinda de onde se a renda do trabalho caiu 11%, se temos quase 30 milhões de desempregados e subempregados e 116,8 milhões de pessoas padecem de insegurança alimentar? Diz o documento: “O caminho passa por enfrentar o choque de oferta e a ‘dolarização’ da economia. Para isso, deve ser garantido o abastecimento alimentar interno (taxando ou bloqueando exportações e realizando estoque regulador na próxima safra), o refino interno do petróleo de todos os derivados de que o País necessita, a desdolarização da política de reajuste das tarifas dos serviços públicos. No caso dos derivados do petróleo, além do mais, propõe-se criar um Fundo de Estabilização que coíba o impacto interno das oscilações do câmbio e do preço internacional do produto”.

No processo de reconstrução nacional, uma questão decisiva é reconstruir o Estado Democrático. Diz a Plataforma: “Serão revogadas as medidas antidemocráticas adotadas pelo governo Bolsonaro e trabalharemos pela reconstrução do Estado Democrático (...). Para tanto, devem ser reconstituídos imediatamente os conselhos de controle social e as conferências, cujas decisões devem ser fortalecidas”. Mais: “Nosso objetivo é a construção de uma nação democrática, próspera e solidária que amplie a liberdade política para o povo, promova a democratização dos meios de comunicação de massa, proceda a uma reforma do Sistema de Justiça e amplie a representação das mulheres e da diversidade étnico-cultural”.

Em tempos de Pandemia, a questão da saúde, que já era muito difícil antes, tornou-se dramática, uma verdadeira calamidade pública. A saúde tem prioridade na Plataforma, que afirma: “Considerando o papel estratégico do Sistema Único de Saúde (SUS), que ficou evidenciado no combate à Pandemia, o PCdoB lança ao País a proposta de fortalecer o seu caráter público, integral e universal, começando pela ampliação urgente do financiamento por parte do governo federal, estabelecendo um piso emergencial que acrescente pelo menos 35 bilhões de reais ao orçamento atual”. O fortalecimento do SUS só se completa com a reimplantação

do complexo industrial nacional da saúde: “é necessário promover os investimentos estratégicos no desenvolvimento e ampliação do complexo econômico industrial da saúde, destinados a garantir a produção de imunobiológicos, vacinas, equipamentos, medicamentos, ingredientes farmacêuticos ativos, intermediários de síntese, além da construção de plataformas tecnológicas, baseadas no domínio da biotecnologia moderna, na engenharia genética e na bioprospeção da flora e fauna de forma sustentável”. “Ao mesmo tempo, deve-se garantir às indústrias nacionais, farmacêuticas, farmoquímicas, biotecnológicas e de equipamentos, sejam públicas ou privadas, as condições necessárias para a produção nacional dos insumos estratégicos para a saúde, economizando divisas e garantindo a verticalização da produção interna e a nossa autossuficiência nacional neste setor vital da economia e da vida. Superar a dependência internacional e a vulnerabilidade nacional. Integrar saúde, economia, meio ambiente, inovação e produção é uma necessidade do século XXI”.

Partindo da constatação de que a agressão ambiental se agrava com o efeito das mudanças climáticas e de que o governo Bolsonaro exacerbou essa agressão ao patrocinar desmatamentos e queimadas, além de desmontar os órgãos de controle, a Plataforma estabelece que “é preciso reconstruir e fortalecer o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e os órgãos de apoio à definição de políticas ambientais e de fiscalização” e “será barrado o uso predatório dos nossos recursos naturais a fim de compatibilizar as necessidades atuais com as das futuras gerações. O aumento da produção agropecuária deve resultar, principalmente, do aumento da produtividade nas áreas já ocupadas, e não da incorporação de novas áreas, garantindo, assim, as metas de redução de desmatamentos”. Além disso, “nas áreas urbanas, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que conseguiu acabar com os lixões em menos da metade dos municípios brasileiros, deve garantir o seu cumprimento integral, promovendo a coleta seletiva e disposição adequada de resíduos sólidos”; “deflagrar um processo que conduza à cobertura de 100% da coleta e do tratamento de esgoto nos centros urbanos, fortalecer a transição para combustíveis

**Manifestação contra Bolsonaro, Rio de Janeiro, 15/05/2019**  
(foto: Facebook)

menos poluentes e estimular políticas de transporte coletivo movido a eletricidade”.

A Reforma Agrária é prioridade na Plataforma, que afirma: “O PCdoB tem compromisso com a Reforma Agrária. Nossa meta inicial para a fase de emergência é assentar as 130 mil famílias acampadas. A agricultura familiar e os assentados da Reforma Agrária receberão forte apoio para aumentar o bem-estar no campo e produzir alimentos para as populações urbanas, além de fortalecer o mercado interno (...). Realizará uma Reforma Agrária que elimine a grande propriedade territorial improdutiva, a começar pela grande propriedade que sonega impostos, prioritariamente nas margens de rodovias, ferrovias e açudes federais”.

A Reforma Urbana é outra reforma fundamental no processo de reconstrução nacional. A Plataforma a trata, portanto, com destaque: “Merece especial atenção a questão da moradia popular. O déficit habitacional é semelhante ao número de imóveis fechados, que se aproximam de 6 milhões, porém, a serviço da especulação imobiliária. Essa aberração social cria um mecanismo que leva os preços dos imóveis e do aluguel às alturas (...) garantir que os imóveis desocupados, com nítidos fins de especulação imobiliária, sejam fortemente taxados a fim de obrigar os mesmos a cumprir a função social da propriedade e os recursos arrecadados sejam direcionados aos Fundos de Habitação de Interesses Sociais e assim estimular a produção de novas moradias e outros equipamentos de uso coletivo”.

A Plataforma expressa o compromisso do PCdoB com a luta pela emancipação das mulheres: “Cabe ao Estado proporcionar às mulheres todas as garantias para que possam se desenvolver plenamente e construir sua emancipação, sobretudo ao promover sua inserção produtiva no mercado de trabalho, garantindo para isso a exigência de salário igual para trabalho igual (aprovar PL nº 130/2011), a ampliação da licença maternidade, que seus filhos tenham acesso a creche e educação em tempo integral e implementação de equipamentos como restaurantes e lavanderias coletivas”.

Continua no site